



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

AMANDA MARIA MOMOLI GIACOPINI

**UM ESTUDO DA DIALOGIA NA
REDAÇÃO ESCOLAR**

**CAMPINAS
2009**

AMANDA MARIA MOMOLI GIACOPINI

UM ESTUDO DA DIALOGIA NA REDAÇÃO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de “Licenciada em Letras – Português”.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel Salek Fiad

CAMPINAS

2009

Dedico este trabalho aos meus pais, sempre coadjuvantes de meu esforço ao longo de toda a graduação e em todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

À professora Raquel, por todo auxílio e paciência nas leituras e correções, pela colaboração direta em toda a produção deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

À Juliana e Daniela, por seu apoio e amizade, agradeço por toda ajuda.

A Junior, pela compreensão nos momentos difíceis e nas minhas ausências, agradeço o carinho sempre sincero.

A Márcio Antônio de Moraes, cuja dedicação em vida reuniu os dados que deram origem a este trabalho, minha eterna gratidão.

A todas as pessoas que participaram, contribuindo para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente, meu agradecimento.

Resumo

Este trabalho situa-se no campo de estudos sobre a redação escolar, focando principalmente a relação leitura-escrita e o uso de coletâneas em redações escolares, e procura investigar como se dá a apropriação da palavra do outro na elaboração de textos escritos. Partindo do pressuposto de que os discursos estão sempre em constante diálogo, procurou-se analisar como se dá a transformação do discurso alheio em discurso próprio na construção do texto, a partir das leituras realizadas por estudantes e dos textos elaborados com base nessas leituras. A metodologia de análise utilizada foi o paradigma indiciário de Ginzburg. Os resultados das análises indicaram, por um lado, formas específicas de apropriação da coletânea por parte de cada sujeito, e por outro, um movimento comum aos autores de possivelmente escolher os textos da coletânea com base em seus posicionamentos a respeito do tema a ser escrito.

Palavras-chave: leitura, escrita, redação escolar, paradigma indiciário, dialogismo.

Abstract

This work studies school writing, mainly the relation between reading and writing and the use of reading texts in school writings, and investigates how the word of the others is appropriated by writers in the elaboration of their texts. Based on the dialogical principle (Bakhtin) and on Ginsburg's indiciary paradigm, the analysis observes how other texts and discourses are transformed into the writer's text. The results indicate that reading texts are differently appropriated by writers and writers choose reading texts according to their own points of view.

Key words: reading, writing, school composition, indiciary paradigm, dialogism.

1. Sumário

1.	Sumário	1
2.	Introdução.....	2
3.	Objetivos	2
4.	Pressupostos teóricos.....	2
5.	Metodologia	4
6.	Análise dos dados.....	6
	REDAÇÃO 01.....	7
	REDAÇÃO 02.....	11
	REDAÇÃO 03.....	19
7.	Conclusão	26
8.	REFERÊNCIAS	27
9.	ANEXOS.....	29
9.1.	COLETÂNEA 01	29
9.2.	COLETÂNEA 02	30
9.3.	COLETÂNEA 03	44

2. Introdução

Este trabalho de conclusão de curso se inscreve no campo de estudos sobre a redação escolar, focando principalmente a relação leitura-escrita e o uso de coletâneas em redações escolares, e procura investigar como se dá a apropriação da palavra do outro na elaboração de textos escritos.

Para a realização de tal estudo, adotarei como perspectiva teórica a noção de dialogismo proposta por Bakhtin (1998) [1979], na medida em que é por meio das relações dialógicas entre os textos de uma coletânea e as redações produzidas com base nesta que pretendo verificar o modo como se dá a apropriação da palavra do outro. A concepção de linguagem norteadora deste trabalho é a socio-interacionista, a qual propõe a língua como acontecimento dinâmico e interativo, marcada pelas relações dialógicas e pela construção de sentidos por parte do sujeito-leitor-escritor, possibilitando a pluralidade de leituras de um mesmo texto.

Utilizarei para este intento uma opção metodológica de cunho investigativo chamada *paradigma indiciário*, proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Tal metodologia permitirá uma análise dos dados na qual será possível lidar com hipóteses de explicação para os fatos lingüísticos encontrados.

3. Objetivos

Observa-se que, no campo dos estudos sobre redação escolar, a maneira por meio da qual um sujeito se apropria dos discursos, processando-os e assumindo-os como próprios, é ainda pouco estudada. É por conta desta questão que, partindo do pressuposto de que os discursos estão sempre em constante diálogo, procurou-se analisar como se dá a transformação do discurso alheio em discurso próprio na construção do texto, a partir das leituras realizadas por estudantes e dos textos elaborados com base nessas leituras.

Objetivou-se a análise das formas de apropriação do discurso alheio nas formas dessas apropriações do discurso e suas motivações, bem como a ausência destas e os possíveis motivos que levaram o autor a apresentar determinados discursos em seu texto, e não outros.

4. Pressupostos teóricos

Para a análise dos dados desta pesquisa, tive como principal base teórica o conceito de dialogismo proposto por Bakhtin (1998, p. 88):

“A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa.”

A língua, portanto, é cenário de interação entre os discursos existentes, de forma que é impossível para um texto se dissociar dos outros textos já-ditos. O autor afirma ainda que a língua é composta por uma rede de enunciados, interligados de forma a estabelecerem uma relação dialógica, formando elos na cadeia da comunicação verbal (BAKHTIN, 1992). Desse modo, é na dialogicidade do discurso que pude me basear para estabelecer uma busca de indícios de discursos nas redações analisadas, estabelecendo hipóteses para suas origens, tentando reconstruir seu caminho de reformulação e apropriação por parte do leitor, pois “a palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva” (BAKHTIN, 1998, P.100). É justamente o processo de apropriação, transformador do discurso alheio em familiar, que pretendo estudar.

A concepção de linguagem adotada foi a socio-interacionista, já que tal concepção permite a consideração da linguagem como fenômeno interativo e dinâmico (MARCUSCHI, 2003, P.33), o que condiz com a proposta do dialogismo. É a partir desta concepção de linguagem que tomo por princípio o fato de que a leitura está na convergência da intenção do leitor, do sentido do texto e da leitura que um indivíduo faz deste. Podemos dizer, portanto, que a tríade da leitura é a interação autor-texto-leitor.

Tal concepção entra em choque com muitas das concepções de leitura mais antigas, que tinham o foco da interpretação ora no autor, ora no texto, ora no leitor. Só recentemente surgiram alguns estudos defendendo o equilíbrio dos três na realização do ato interpretativo:

“(...) exatamente o mesmo movimento intelectual que se apóia com muita injustiça e alguma simplificação nos estudos da ideologia e do inconsciente em sua relação com a língua(gem) e que, em consequência das luzes que aí encontra, denuncia o equívoco que é imaginar que o falante possa deter o controle do sentido do texto que emite, tornou-se em pouco tempo o campeão da defesa da autonomia e da intangibilidade do leitor, sem perceber (?) que o leitor é para a leitura o que o falante ou o autor é para a produção.” (POSSENTI, 1999, p. 172-173).

Acrescento a esta concepção, ainda, o componente de leitura proposto por ELIAS e KOCH (2006) que é o conhecimento de mundo por parte do leitor. Para estas autoras, não basta o texto para a realização da interpretação: é necessária a construção dos sentidos do texto, por meio dos conhecimentos que o leitor tem do mundo. Como esses conhecimentos são diferentes de um leitor para outro, podemos dizer que há uma pluralidade de leituras para um mesmo texto, de acordo com os conhecimentos que possui aquele que lê.

5. Metodologia

Os dados analisados são redações produzidas em 2005 por alunos do segundo ano do Ensino Médio de duas escolas particulares do interior de São Paulo (SP). Tais escolas eram freqüentadas por um público de classe média, tinham matriculados cerca de 800 alunos, as turmas eram compostas por volta de 30 alunos por sala e a ênfase na formação dos alunos estava na preparação para os vestibulares nacionais.

Num momento em que aprendiam a dissertação como gênero escolar, foi-lhes proposta a escrita de um texto argumentativo sobre a questão dos estrangeirismos com base em pesquisa de textos da Internet¹. Inicialmente, para que se familiarizassem com o gênero dissertativo, os alunos tiveram contato com alguns editoriais do jornal *A Folha de São Paulo*, de forma que pudessem observar os movimentos argumentativos presentes nesses textos. Os alunos estudaram também algumas dissertações de candidatos ao vestibular da Unicamp. O professor trabalhou em classe a importância da leitura como forma de se ter um conhecimento prévio do assunto a ser abordado, alcançando um desempenho argumentativo melhor. No que tange à pesquisa de textos de Internet, buscou-se trabalhar em sala de aula os problemas das redações que são compostas por “retalhos” de outros textos, enfatizando a importância da leitura como forma de ampliação de conhecimento e desenvolvimento de argumentos.

Por fim, o professor propôs dois temas sobre os quais os estudantes deveriam dissertar: os estrangeirismos no Brasil e a prática da eutanásia. O primeiro tema era proposto pelo material didático da escola, e o segundo fora escolhido pelos alunos. Estes entregaram as redações produzidas juntamente com o histórico dos textos consultados para produção da redação, de forma que essas coletâneas puderam ser

¹ Dados coletados por Márcio Antonio de Moraes para elaboração de sua tese de mestrado (2007). Ele foi o professor que aplicou a proposta de redação geradora dos textos do *corpus* utilizado em sua tese e, posteriormente, neste trabalho.

recuperadas para a elaboração desta monografia. A seleção desses textos na Rede foi feita exclusivamente a critério dos alunos, já que o docente não deu qualquer tipo de orientação a esse respeito. No todo, foram recebidas 159 redações dos 205 alunos.

Desse total, escolhi analisar as redações sobre estrangeirismos, já que trata-se de um tema que diz respeito à própria língua e como forma de restringir os dados a um mesmo assunto. Além disso, este era um assunto sobre o qual havia um enorme debate na sociedade e na mídia, já que na época o deputado Aldo Rebelo elaborou um projeto de lei que proibia o uso de estrangeirismos em diversas esferas da sociedade. Dessa forma, este era um assunto que estava “no ar” na época em que as redações foram escritas.

Após uma primeira leitura de um conjunto de 24 redações e suas respectivas coletâneas, às quais tive acesso², pude notar diferentes processos de apropriação do discurso do outro. Analisando tais modos de apropriação, pude selecionar 3 redações que são de certa forma representativas dos textos dos alunos reunidos no *corpus*. Nestas redações, é muito particular a forma com a qual cada aluno refere os textos da coletânea em termos textuais. Assim, a primeira redação aparenta ter somente alusões discursivas à coletânea, e nenhuma marca textual concreta que demonstre uma apropriação do discurso da coletânea. Já na segunda redação, acredito ser possível observar muitas marcas de apropriação textual, tão fiéis à coletânea que em alguns momentos poderiam ser consideradas colagens. Já a terceira redação, aparenta ter certa equidade em suas marcas textuais, de forma que as apropriações da coletânea ora se aproximam de seus textos, e ora se afastam.

Enfocarei a produção escrita destes alunos com o objetivo de recuperar o caminho percorrido na construção de seu texto escrito, buscando as leituras que eles fizeram, levantando hipóteses sobre seu trajeto e estratégias de elaboração. Para a construção de tais hipóteses, buscarei o estudo de dados singulares de escrita, conforme a proposta do paradigma indiciário divulgada por Carlo Ginzburg em sua obra *Sinais – raízes de um paradigma indiciário* (1986), que pode ser aplicada a “disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade” (p. 156).

² Com o falecimento de Márcio A. de Moraes, só foi possível recuperar 24 redações sobre estrangeirismos e suas respectivas coletâneas do *corpus* total.

Nesse sentido, pretendo assumir a mesma postura investigativa que Ginzburg (1976) em seu livro *O queijo e os vermes*, adota em relação a Menocchio, camponês condenado à fogueira pelo tribunal da Inquisição do séc. XVI. Como resumiu Cunha (2009) em sua tese de doutorado:

Ginzburg debruçou-se sobre a farta documentação que somavam os depoimentos dos dois processos para tentar reconstruir, tal como na montagem de um intrincado quebra-cabeça, a “fisionomia da cultura de Menocchio” e o contexto social em que ela se moldou. Para isso, buscou “rastrear o complicado relacionamento de Menocchio com a cultura escrita, os livros (ou, mais precisamente, alguns dos livros) que leu e o modo como os leu” (2006, pp. 9-10). Ginzburg confronta, ao longo da narrativa de *O queijo e os vermes*, trechos das edições originais de livros que circularam pela Europa na Idade Média – como *Fioretto della Bibbia* e *Rosario della gloriosa Vergine Maria* – com trechos dos depoimentos do próprio Menocchio ou de outras testemunhas convocadas a depor sobre ele. A partir de pistas, indícios, detalhes dos depoimentos, o historiador italiano fazia suposições sobre a provável edição que estava sendo mencionada em cada situação e sobre o trecho específico supostamente lido por Menocchio que teria influenciado suas idéias. Trata-se, aqui, de uma metodologia de pesquisa voltada para a investigação do singular, das particularidades, à qual retornarei adiante. (CUNHA, 2009, 41-42)

Pode-se dizer que é por meio dos indícios de outros textos, sinais da apropriação do discurso alheio, que poderemos observar sua apropriação por parte dos alunos-leitores. Somente através dessas pistas é que será possível levantar hipóteses sobre a realidade opaca que é o intercâmbio de discursos entre os sujeitos.

6. Análise dos dados

Conforme explicado na metodologia, farei uma análise de três redações que pude encontrar no *corpus*. A primeira delas suponho que não traz marcas textuais explícitas do texto selecionado para leitura. Já o segundo texto a ser analisado, traz muitas marcas textuais explícitas de apropriação da coletânea, e o terceiro texto apresenta aparentemente tanto elementos da coletânea reformulados como trechos que podem ser considerados colagens da coletânea.

Nesta análise pretendo realizar dois movimentos de questionamento: qual é o posicionamento do aluno em relação aos discursos dos textos da coletânea (concordância ou discordância) e quais são as marcas textuais que indicam as relações de intertextualidade e apropriação, e o que decorre das mudanças executadas pelos alunos.

Observe a primeira redação:

REDAÇÃO 01³

Estrangeirismos (redação de Alexandre⁴)

Falar sobre estrangeirismo é falar sobre o passado e a formação cultural do Brasil e do brasileiro. Na história do Brasil tivemos influência de diversos outros países fora Portugal, como a Holanda, a Inglaterra e hoje os Estados Unidos. A raça brasileira é uma miscigenação, ou seja, mistura de todas as três raças, o branco, o preto e o índio. A nossa formação cultural é baseada nas três raças não havendo predomínio de uma ou de outra, por isso apresentamos uma cultura rica no folclore e na religião. No passado e até hoje sofremos influência de algum país seja ele Portugal ou EUA. A língua é uma característica da cultura, porém vimos que o brasileiro é uma “mistura” então entendemos a língua também como uma mistura.

Várias foram as palavras incorporadas ao nosso idioma provenientes de outros países não-latinos, e foram durante o ano incorporadas normalmente sem questionamento sobre a raiz da palavra ou da língua que veio. Hoje discute-se que os brasileiros possam estar aderindo a palavras estrangeiras de forma exagerada ou até mesmo inconvenientemente. O Brasil sofre influência de outros países como qualquer outro país, e hoje sabemos que os EUA são o centro tanto capitalista como de informações e é por essa razão que as palavras provenientes dessa língua estão sendo usadas pelo mundo já que devemos conhecer a língua para adquirir informações. Na mesma forma aderiríamos ao Italiano se a Itália fosse a maior potência hoje, por exemplo.

Julgar o estrangeirismo não é a melhor forma de valorizar a língua que é uma forma cultural do nosso povo. A melhor forma de valorização seria influenciar os brasileiros a lerem mais, a estudar mais, mais traduções de trabalhos importantes realizados fora do Brasil, valorizar a educação pública que está tão deficitária em todas as situações promovendo a interação do brasileiro com sua língua natural. Proibir o estrangeirismo é proibir várias palavras que usamos diariamente, como futebol que dizem ser a maior característica do povo brasileiro.

Conforme apresentado na metodologia, os dados resultam de uma proposta de dissertação sobre os estrangeirismos no Brasil na qual os alunos selecionaram alguns textos de Internet, de forma a compor uma coletânea que os ajudasse a escrever seu texto. Para a produção dessa redação, Alexandre selecionou como coletânea um único texto, intitulado *O uso das palavras estrangeiras*, de autoria do jornalista Sérgio Nogueira (<http://www.portugues.com.br/art2.htm>). Nesse texto, o autor faz uma reflexão sobre o uso geral dos estrangeirismos, questionando casos exemplares de exageros em sua utilização, bem como casos de aportuguesamentos impossíveis. O autor conclui, em primeiro lugar, que o melhor é buscar uma palavra portuguesa para

³ As redações e coletâneas aqui analisadas estão disponíveis nos ANEXOS

⁴ Todos os nomes dos alunos são fictícios.

termos estrangeiros, em segundo lugar é preciso tentar o aportuguesamento, e somente em último caso o estrangeirismo deve ser utilizado.

Veja a seguir o início da redação do aluno:

Falar sobre estrangeirismo é falar sobre o passado e a formação cultural do Brasil e do brasileiro. Na história do Brasil tivemos influência de diversos outros países fora Portugal, como a Holanda, a Inglaterra e hoje os Estados Unidos. A raça brasileira é uma miscigenação, ou seja, mistura de todas as três raças, o branco, o preto e o índio. A nossa formação cultural é baseada nas três raças não havendo predomínio de uma ou de outra, por isso apresentamos uma cultura rica no folclore e na religião. No passado e até hoje sofremos influência de algum país seja ele Portugal ou EUA. A língua é uma característica da cultura, porém vimos que o brasileiro é uma “mistura” então entendemos a língua também como uma mistura. (redação de Alexandre, coletânea 1)

Num primeiro movimento, observamos nesse parágrafo da redação de Alexandre o aparecimento de alguns discursos recorrentes na área da História, como a influência que o Brasil sofreu por parte dos países colonizadores (Portugal / Holanda), e por parte de países que dominaram o cenário comercial (no passado a Inglaterra e, hoje, os Estados Unidos). O aluno estabelece a relação entre países dominantes do cenário comercial mundial e as influências que o idioma brasileiro irá sofrer. Após isso, o discurso da constituição do povo brasileiro como uma mistura de raças será resgatado para ser relacionado à mistura de línguas e, consequentemente, ao tema do estrangeirismo. Esse trecho inteiro que o aluno constrói para iniciar seu texto alude ao texto da coletânea apenas na medida em que, mesmo que indiretamente no caso da coletânea, ambos remetem ao discurso da relação entre países dominantes e o surgimento de estrangeirismos (no caso, os Estados Unidos). Na coletânea, essa idéia aparece apenas através dos exemplos do texto, já que todos são estrangeirismos de língua inglesa:

Outro exemplo é **stress**. Eu prefiro **estresse**, por ser facilmente aportuguesado e, principalmente, por ser coerente com a forma derivada: **estressado**. Por outro lado, creio que o aportuguesamento de **show** é do tipo que ‘não pega’, porque ficou preso à Xuxa, a ‘rainha do **xou**’. **Leiaute** é outro aportuguesamento que dificilmente será usado. A forma inglesa é mais ‘poderosa’. **Feedback** é um exemplo curioso. O aportuguesamento **fidebeque** ficou horroroso e traduzi-la por ‘retroalimentação’ é perigosíssimo na linguagem falada: alimentação por onde? Realimentação ou retorno são boas soluções. (texto 1, coletânea 1)

Dessa forma, observamos que o aluno infere dos exemplos da coletânea a noção da forte influência dos Estados Unidos na criação de estrangeirismos no Brasil, e justifica essa influência com base no poder americano no cenário internacional. Este discurso é melhor explicitado no texto de Alexandre no trecho que segue:

Hoje discute-se que os brasileiros possam estar aderindo a palavras estrangeiras de forma exagerada ou até mesmo inconvenientemente. O Brasil sofre influência de outros países como qualquer outro país, e hoje sabemos que os EUA são o centro tanto capitalista como de informações e é por essa razão que as palavras provenientes dessa língua estão sendo usadas pelo mundo já que devemos conhecer a língua para adquirir informações. Na mesma forma aderiríamos ao italiano se a Itália fosse a maior potência hoje, por exemplo. (redação de Alexandre)

Alexandre deixa explícito que *hoje discute-se que os brasileiros possam estar aderindo a palavras estrangeiras de forma exagerada ou até mesmo inconvenientemente*, discurso do qual o texto da coletânea é um exemplo vivo, na medida em que esta é justamente a discussão proposta pelo autor:

Como você pôde observar, é muito difícil criar uma regra. Cada caso merece uma análise individual. Entretanto, uma regra podemos seguir: para qualquer novo estrangeirismo, primeiro devemos buscar uma palavra correspondente em português. E antes de usarmos a forma estrangeira, ainda devemos tentar o aportuguesamento. (texto 1, coletânea 1)

Percebemos que a coletânea foi, do ponto de vista discursivo, utilizada como ponto-chave para o posicionamento do aluno em relação ao tema, já que ambos os textos remetem ao discurso de que os estrangeirismos estão sendo utilizados de forma exagerada.

Porém, num segundo olhar sobre o texto do aluno, é preciso verificar o que ocorre em trechos nos quais o discurso da coletânea não está presente. Observe o excerto abaixo:

O Brasil sofre influência de outros países como qualquer outro país, e hoje sabemos que os EUA são o centro tanto capitalista como de informações e é por essa razão que as palavras provenientes dessa língua estão sendo usadas pelo mundo já que devemos conhecer a língua para adquirir informações. (redação de Alexandre)

O aluno remete no exemplo acima ao discurso de que um país que é centro capitalista também é centro de informações. Está implícito no texto que é necessário ter conhecimento da língua inglesa para que se tenha acesso à informação. Portanto, há indícios de um discurso que não estava presente na coletânea e que surge de lugares outros de vivência e leituras com os quais o aluno, supõe-se, teve contato anteriormente. Isso também fica visível na conclusão da redação, quando novos discursos são referidos pelo aluno, mas dos quais não se encontra referência na coletânea:

Julgar o estrangeirismo não é a melhor forma de valorizar a língua que é uma forma cultural do nosso povo. A melhor forma de valorização seria influenciar os brasileiros a lerem mais, a estudar mais, mais traduções de trabalhos importantes realizados fora do Brasil, valorizar a educação pública que está tão deficitária em todas as situações promovendo a

interação do brasileiro com sua língua natural. Proibir o estrangeirismo é proibir várias palavras que usamos diariamente, como futebol que dizem ser a maior característica do povo brasileiro. (redação de Alexandre)

Alexandre finaliza sua redação com discursos de valorização cultural por meio da educação, da leitura e da pesquisa, os quais não estão presentes na coletânea, mas que servem ao texto do aluno como forma de dar soluções para o uso abusivo dos estrangeirismos na língua portuguesa.

Na última oração, a referência ao termo *futebol* pode ser encontrada na coletânea (*outro problema difícil é o aportuguesamento. Há casos consagrados como futebol, abajur, espaguete, grife e outros mais*), portanto podemos considerar uma hipótese a referência à coletânea no uso desse termo pelo aluno. Porém ele o refere num contexto um pouco diferente, já que é visto como *a maior característica do povo brasileiro*, de forma que o aluno acrescenta ao termo da coletânea um valor cultural que esta não trazia.

Pode-se afirmar que, em termos gerais, o aluno adere ao posicionamento da coletânea, acrescentando outros discursos como forma de justificar seu posicionamento, afirmando que não concorda com o uso exagerado dos estrangeirismos, de forma a expor outras soluções que não estão na coletânea – daí o surgimento de novos discursos, já que é na apropriação do discurso presente em outro autor que o aluno encontra base para se posicionar com relação ao assunto, mas justificando seu posicionamento por meio de argumentos próprios. O foco de Alexandre não está em retomar os discursos da coletânea, mas sim em concordar com eles para desenvolver uma idéia própria.

É preciso considerar a hipótese de que o movimento do aluno em direção a tantos outros discursos ausentes na coletânea pode ser justificado pela restrição desta, já que era composta por um único texto. Isso também pode explicar a ausência de marcas textuais que indiquem reformulações de trechos da coletânea (como explicarei melhor nas próximas análises). Entretanto, é necessário lembrar que estão em jogo durante toda a construção do texto do aluno as relações dialógicas entre os discursos da coletânea e aqueles que já eram de seu conhecimento. Seu texto, portanto, é uma expressão das várias conexões que os enunciados já conhecidos e os da coletânea estabelecem, de forma que o autor deles se apropria, organizando novas relações que tornem possível fazer seu texto.

REDAÇÃO 02

O uso de estrangeirismos (redação de Samanta)

A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os lingüistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês poderia, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.

No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários. O lingüista Luís Antonio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas fórmulas sintáticas, o que não acontece no país.

Além disso, o inglês está chegando cada vez mais rápido em nossas vidas, principalmente nas áreas de informática, negócios e no comércio, fato que não surpreende os estudiosos. Conforme dizem, o ritmo acelerado dos avanços tecnológicos é o principal fator dessas transformações no idioma. A partir deste século, a língua passou a ser considerada fenômeno cultural dinâmico, que acompanha a realidade. Combinada a essa noção, a tecnologia ingressou fortemente nos contextos comunicativos de todas as camadas sociais. Enfim, os estrangeirismos são inevitáveis, já que vivemos em uma época de globalização.

É evidente o uso de palavras inglesas no vocabulário brasileiro e como já foi dito, não interfere a tal ponto que faça com que substitua o idioma oficial e, é impossível controlá-lo devido à internacionalização tanto da economia quanto da sociedade. Todavia, as palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporarem ao uso corrente, como **outdoor**, **show**, **blitz**, **jazz**. Outras que não têm equivalente em português devem ser substituídas, como **know-how** por **conhecimento**, **experiência**, **prática**, **perícia**.

Para a elaboração de sua redação, Samanta reuniu por meio de pesquisas na Internet uma coletânea de 6 textos, listados a seguir⁵:

1. O estrangeirismo no português do Brasil: fator descaracterizante?
([http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)06.htm))
2. Deve-se limitar o uso de palavras e expressões estrangeiras no Brasil?
(<http://www.aprendebrasil.com.br/foruns/proposta.asp?id=10991>)
3. Na ponta da língua
(http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/docs/naponta_dalingua)
4. Globalização, a língua inglesa e o Brasil
(http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/out2000/pagina19-Jul155.html)

⁵ Todos os sites aqui referidos foram acessados em 19/10/2009.

5. O leitor que não consegue ler

(<http://www.noolhar.com/opovo/ombudsman/robertomaciel/285492.htm>);

6. Discussão: Hora do rush

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Hora_do_rush)

Inicialmente, vamos verificar como se dá a apropriação dos discursos da coletânea por parte de Samanta no que se refere ao seu posicionamento. Veja o texto abaixo:

A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os lingüistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês poderia, de alguma forma, desfigurar nosso idioma. (redação de Samanta)

Neste trecho inicial, Samanta remete ao discurso da descaracterização da língua portuguesa por conta da proliferação de estrangeirismos (o indício está em *desfigurar o idioma*), discurso este que pode ser encontrado no primeiro texto de sua coletânea:

O deputado, ao justificar o projeto de lei, argumenta que assistimos, atualmente, a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos. (texto 1, coletânea 2)

Notamos, pela comparação dos trechos, que Samanta utiliza em sua redação o argumento que o deputado Aldo Rebelo expôs para justificar seu projeto de lei contra a disseminação dos estrangeirismos. No entanto, Samanta retoma este discurso a título de constata-lo para, em seguida, refutá-lo:

No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários. (redação de Samanta)

Desse modo, percebemos um movimento de Samanta, que estabelece um diálogo com seu texto e o texto lido, constituindo uma relação de negação do discurso lido.

Observe ainda outro trecho do texto de Samanta e dois excertos da coletânea:

O lingüista Luís Antonio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas fórmulas sintáticas, o que não acontece no país. (redação de Samanta)

A base que sustenta o léxico de uma língua é denominada fundo léxico comum, que, por sua vez, expressa noções que não são afetadas por mudanças econômicas, sociais e políticas: **O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto à gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são**

afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. (Fiorin, 2000: 226) Fazem parte desse fundo comum palavras que designam, por exemplo, as partes do corpo, o mobiliário, os tipos de parentesco, os nomes de animais e de plantas, os fenômenos da natureza, os dias, os meses e as estações do ano. Em geral, grande parte das palavras do fundo em questão é de origem latina e, como podemos observar, encontram-se atualmente em franco uso, não sendo substituídas por estrangeirismos. (cf. Fiorin, 2000: 226-7) (texto 1, coletânea 2)

Para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários, **afirma o lingüista Luís Antônio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco: "Além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas formas sintáticas, o que não acontece."** Segundo o professor, o sistema lingüístico só admite para a língua o que pode ser articulado de acordo com a estrutura fonológica que lhe é própria, acrescenta. (texto 3, coletânea 2) (Grifos meus).

Observa-se que parte do texto de Samanta (*uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas fórmulas sintáticas, o que não acontece no país*) está de acordo com o discurso proposto no excerto sobre o *fundo léxico comum* do português. Logo, apesar desse discurso não estar obviamente relacionado ao texto de Samanta, podemos supor que ela o considerou na formulação de seu argumento pela correlação que ambos estabelecem entre a descaracterização da língua portuguesa e a existência de uma força interior à língua capaz de suportar a introdução de novas palavras.

Com relação ao segundo excerto, Samanta explicita os argumentos expostos pelo pesquisador Antônio Marcuschi e se apropria deles na medida em que o discurso do pesquisador passa do discurso direto para uma citação indireta. É um movimento da autora que, ao mesmo tempo em que reconhece a autoria de Marcuschi com relação ao que foi dito por ele, se apropria de seu discurso para usá-lo como argumentação, num discurso indireto. É preciso considerar, no entanto, que num trecho citado mais acima este mesmo discurso de Marcuschi aparece no texto de Samanta sem referências ao autor (*No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários*). Samanta, portanto, se apropria em dois momentos da fala de Marcuschi, sendo que num momento reconhece a autoria do pesquisador e em outro não.

Nos casos acima, o posicionamento de Samanta é conivente com os discursos de sua coletânea. Este comportamento da autora irá se repetir em vários outros trechos:

a)

*Todavia, as palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporarem ao uso corrente, como **outdoor, show, blitz, jazz**. Outras que não têm equivalente em português devem ser substituídas, como **know-how** por **conhecimento, experiência, prática, perícia**.* (redação de Samanta)

Na seção "Questões gramaticais, redação e estilo", o verbete "Estrangeirismos e palavras aportuguesadas" orienta o seguinte: "Palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporaram ao uso corrente, como **outdoor, réveillon, show, blitz, jazz**. Quando têm equivalente em português, devem ser substituídas, como **know-how** por **conhecimento, experiência, prática, perícia**". (texto 5, coletânea 2)

Nada contra palavras derivadas de outros idiomas. Nada mesmo. Agora "rush" não é uma palavra portuguesa. Não é sequer um anglicismo, é uma palavra inglesa desnecessária na nossa fala. (texto 6, coletânea 2)

b)

Além disso, o inglês está chegando cada vez mais rápido em nossas vidas, principalmente nas áreas de informática, negócios e no comércio, fato que não surpreende os estudiosos. (redação de Samanta)

A "mcdonaldização" de diferentes culturas é vista por parte de certos grupos em diferentes nações como uma verdadeira invasão cultural. O Brasil não é único país que se sente colonizado pela pletora de vocábulos estrangeiros, particularmente de origem inglesa, proveniente de uma gama de campos diversos, como a informática e a economia, por um lado, e a propaganda e desportos, por outro. (texto 4, coletânea 2)

No item **a**, Samanta e a coletânea falam sobre a substituição de estrangeirismos como **know-how** por **conhecimento, experiência, prática, perícia**. Além disso, tanto a redação da aluna como a coletânea tratam da consciência sobre o uso de estrangeirismos de forma exagerada. No conjunto **b** de excertos, nota-se que tanto o texto de Samanta quanto a coletânea caminham no sentido de afirmar a invasão de termos da língua inglesa nas línguas nacionais. Entretanto, é muito interessante perceber que, assim como a aluna se apóia no discurso do texto 4 para sua argumentação, ao longo da redação Samanta refuta outro argumento presente no mesmo texto:

A partir deste século, a língua passou a ser considerada fenômeno cultural dinâmico, que acompanha a realidade. Combinada a essa noção, a tecnologia ingressou fortemente nos contextos comunicativos de todas as camadas sociais. Enfim, os estrangeirismos são inevitáveis, já que vivemos em uma época de globalização. (redação de Samanta)

O ingresso de palavras e termos técnicos de origem inglesa não é resultado direto da globalização — um fenômeno relativamente recente. Muitos brasileiros confundem a existência de vocábulos de origem norte-americana no português e a importação de costumes e práticas culturais estadunidenses com o fenômeno de globalização. A expansão da língua inglesa vem de longa data. (texto 4, coletânea 2)

Esses excertos demonstram como Samanta afirma em seu texto a relação entre a proliferação de estrangeirismos oriundos de língua inglesa e a globalização, quando tal discurso é negado no texto 4 da coletânea, o mesmo texto que ela possivelmente utilizara anteriormente para se apoiar sobre a realidade da influência norte-americana na língua portuguesa. Desse modo, o que se observa é que no texto de Samanta há indícios de que a autora se posiciona em relação aos discursos da coletânea quase sempre numa posição de concordância, mas que nada a impede de, vez por outra, negar alguns discursos, mesmo que estes estejam no mesmo texto utilizado em alguma outra parte de sua argumentação. Logo, é papel do autor fazer essa seleção discursiva, de forma a construir sua autoria.

Observaremos agora como se dão as estratégias de apropriação do texto propriamente dito pela autora. Antes de entrarmos efetivamente na análise, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos sobre o assunto.

Para essa análise creio que seja de fundamental importância o conceito de *retextualização*, conforme proposto por Marcuschi (2003). Para o autor, *[a retextualização] trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita*. (MARCUSCHI, 2003, p. 46). Apesar do autor tratar da retextualização como passagem do discurso de uma ordem discursiva (fala) para outra ordem (escrita), acredito que o mesmo princípio possa ser aplicado para a relação leitura-escrita, de forma que também a leitura de textos como base da produção textual é um processo no qual intrincadas intervenções são realizadas pelo autor no momento da elaboração do texto. Além disso, até mesmo nos momentos em que o autor se pretende condizente com os discursos lidos, é preciso considerar que *toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações ipse verbi, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra*. (MARCUSCHI, 2003, p. 48).

Sobre isso também podemos citar Ribeiro (2001), cuja dissertação de mestrado tem como tema justamente a questão das paráfrases:

Ora, é possível admitir que a reformulação textual ocorra em função de problemas desde que se inclua nos problemas de formulação a atividade argumentativa que desloca certas compreensões para outras em função do projeto de dizer do locutor. Nesse caso, os problemas que levam à reformulação de enunciados estão vinculados ao interesse do locutor em orientar conclusões do seu parceiro, por isso mesmo, reformula o enunciado de acordo com seu intuito discursivo. Trata-se da compreensão responsiva ativa de que fala Bakhtin [1929] (1998:298), para quem todo dizer visa

sempre uma resposta do outro, e para isso o locutor busca influir sobre o seu interlocutor para suscitar-lhe uma reação, uma réplica. Importa dizer, então, que a escolha dos enunciados parafrásticos, no caso, nem sempre se realiza por incompreensão de conteúdo por parte do interlocutor, mas em função de uma dada compreensão provocada pelo locutor. (RIBEIRO, 2001, p. 48).

Com relação às paráfrases, é preciso dizer que este conceito é geralmente aplicado para reformulações que são realizadas a partir de um texto dito pelo locutor anteriormente. No caso desta monografia, estou assumindo que o processo de formulação textual com base em coletâneas também pode ser visto como um procedimento de *reformulação*, na medida em que a apropriação de discursos dos textos lidos não é realizada sem a interferência do autor do texto a ser produzido. Desse modo, o deslocamento de determinadas compreensões para outras em função do autor e de seu projeto de escrita é perfeitamente concebível. A diferença será que este movimento obrigatoriamente passará por um processo de interpretação dos textos da coletânea, já que trata-se da reformulação do discurso do outro.

Voltemos, pois, ao texto de Samanta e sua coletânea:

A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os lingüistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês poderia, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.

No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários. O lingüista Luís Antonio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas fórmulas sintáticas, o que não acontece no país. (redação de Samanta)

A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os lingüistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês, a emergência das falas cifradas dos "guetos" (como nos morros cariocas e grupos afros da Bahia), ou mesmo a linguagem seletiva adotada pela mídia poderiam, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.

Para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários, afirma o lingüista Luís Antônio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco: "Além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas formas sintáticas, o que não acontece." Segundo o professor, o sistema lingüístico só admite para a língua o que pode ser articulado de acordo com a estrutura fonológica que lhe é própria, acrescenta. (texto 3, coletânea 2)

Nos excertos acima, percebemos um processo de retextualização que Samanta realiza com base no terceiro trecho de sua coletânea. Se compararmos o primeiro parágrafo do trecho da estudante com a coletânea, veremos que Samanta realiza a omissão de um trecho da coletânea como estratégia de apropriação – *a emergência das*

falas cifradas dos "guetos" (como nos morros cariocas e grupos afros da Bahia), ou mesmo a linguagem seletiva adotada pela mídia. Por conta dessa omissão, Samanta foca a questão dos estrangeirismos nos termos provenientes da língua inglesa, o que pode ter sido seu objetivo, já que ao longo de seu texto todos os exemplos se referem a essa língua.

Na sequência, Samanta introduz o conectivo *no entanto* para continuar com uma oração presente na coletânea (*No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários.*) No final do excerto do texto da aluna, esta reformula o discurso de Marcuschi, passando-o de diálogo direto para diálogo indireto, o que leva o leitor a inferir que a citação de Marcuschi decorre de uma interpretação de Samanta, e não que estas sejam suas palavras. Além disso, Samanta insere no final da fala de Marcuschi o termo *no país*, o qual reforça a aplicação do discurso do lingüista à situação da língua portuguesa no Brasil.

Existe, ainda, um outro trecho no qual Samanta realiza claras operações de retextualização:

Todavia, as palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporarem ao uso corrente, como outdoor, show, blitz, jazz. Outras que não têm equivalente em português devem ser substituídas, como know-how por conhecimento, experiência, prática, perícia. (redação de Samanta)

Na seção "Questões gramaticais, redação e estilo", o verbete "Estrangeirismos e palavras aportuguesadas" orienta o seguinte: "Palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporaram ao uso corrente, como **outdoor, réveillon, show, blitz, jazz**. Quando têm equivalente em português, devem ser substituídas, como **know-how** por **conhecimento, experiência, prática, perícia**. (texto 5, coletânea 2)

Nesse excerto, Samanta utiliza um trecho da coletânea como argumento, fazendo algumas alterações. Aquilo que antes era um verbete do Guia de Redação e Estilo do **O POVO** torna-se apoio para a tese de Samanta de que os estrangeirismos não podem ter livre-acesso à língua portuguesa, sendo dever das pessoas evitar abusos. Por isso a autora aceita apenas a admissão de estrangeirismos já incorporados na língua. Na sequência, Samanta introduz o termo *outras* para se referir às outras *palavras e expressões estrangeiras* que *não têm equivalente em português*. Aqui é necessária uma reflexão sobre os motivos da introdução da palavra *não*. Quando lemos até o fim o trecho da estudante, percebemos que: 1) o trecho da coletânea fala que palavras estrangeiras *quando têm equivalente em português, devem ser substituídas*, 2) não faz

sentido dizer que palavras que não têm correspondente em português devam ser substituídas por termos em português, 3) o exemplo que Samanta coloca em seu texto (como *know-how* por *conhecimento*) é um exemplo de palavra estrangeira que têm um termo correspondente em português. Desses três pontos podemos levantar a hipótese de que Samanta se equivocou ao inserir o termo *não* nesse trecho de sua coletânea, quando na realidade o que ela desejava era inserir exatamente o texto da coletânea, pois somente assim seu texto faria sentido. Nesse caso, pode-se dizer que há indícios de que essa foi uma tentativa de reformulação que falhou, por motivos que não cabem a este trabalho analisar.

Enfim, em termos gerais pode-se afirmar que esta redação tende muito mais à concordância com os discursos da coletânea do que à discordância. Samanta utiliza os posicionamentos dos textos lidos em muitos casos como forma de sustentar sua argumentação. Além disso, encontramos em sua redação diversas marcas textuais que sinalizam estratégias de apropriação dos textos lidos. No entanto, é importante observar que Samanta em mais de um trecho copia quase que religiosamente partes de textos da coletânea. Se analisarmos a evolução do sujeito em suas estratégias de apropriação, pode-se afirmar que em alguns casos faltou a Samanta o passo do parafraseamento: como se o fato da aluna não saber como escrever o que leu em palavras próprias a levasse a fazer colagens dos textos lidos (em certos momentos com as devidas adaptações). A seguir veremos o caso de uma aluna, com aspectos de apropriação semelhantes a Samanta, mas também com suas peculiaridades.

REDAÇÃO 03

A questão dos estrangeirismos (redação de Fernanda)

É cada dia mais freqüente em nossa língua o uso de estrangeirismos. Palavras como *sale*, *delivery* e *printar* já fazem parte do mundo publicitário e da informática, despertando controvérsias. É o caso do projeto de lei de autoria do deputado Aldo Rebelo, que proíbe o emprego de estrangeirismos, alegando que estamos passando por uma descaracterização da língua portuguesa ao usarmos constantemente palavras estrangeiras.

Este projeto, porém, desconsidera a própria história da língua portuguesa, ao ignorar o fato de que ela é repleta de palavras oriundas do latim, do francês, de línguas indígenas e africanas. Não seria possível, portanto, tentar coibir o fenômeno lingüístico de incorporação de outras culturas, através da condenação do uso de palavras estrangeiras.

Os empréstimos lingüísticos fazem parte da dinâmica da língua e refletem o momento histórico do povo que a usa. Hoje, com a hegemonia dos Estados Unidos, a presença de palavras inglesas no nosso cotidiano não é puro acaso, já que a língua inglesa tem um papel de prestígio no cenário internacional devido à atual situação político-econômica mundial.

A justificativa de que o uso de estrangeirismos estaria descaracterizando a língua portuguesa não é válida, uma vez que eles fazem parte da história e do uso de uma língua.

Assim, torna-se muito difícil tentar controlar ou proibir o emprego de estrangeirismos, pois estes já fazem parte do nosso cotidiano. De uma certa maneira, este empréstimo lingüístico pode ser considerado como um meio de renovação e enriquecimento da nossa língua. E, apesar de usarmos constantemente palavras estrangeiras, enquanto o português for a língua que usamos nos momentos mais importantes e íntimos de nossas vidas, ele não corre riscos.

Para a elaboração de sua dissertação, Fernanda reuniu uma coletânea de 6 textos, dos quais apenas 5 puderam ser recuperados. Estes seguem listados abaixo⁶:

1. O estrangeirismo no português do Brasil: fator descaracterizante?

([http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)06.htm))

2. Estrangeirismos na publicidade.

(<http://www.neoque.hpg.ig.com.br/public.html>)

3. Texto indisponível.

(http://64.223.161.104/search?q=cache:S1_FCcAZBTcJ:www.cbtonline.com.br/fiqueligado_LINGUA_270405.asp+%22Uso+de+estrangeirismos%22&hl=pt-BR&lr=lang_pt)

4. Movimento nacional em defesa da língua portuguesa: English? Vixe!

⁶ Todos os sites aqui referidos foram acessados em 19/10/2009.

(<http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000722.htm>)

5. Entenda melhor o projeto de lei que proíbe o uso de estrangeirismos e leia o artigo do Prof. Pasquale sobre o assunto, publicado no Jornal Folha de São Paulo. (A fonte não pôde ser recuperada. Texto copiado dos dados).

6. Estrangeirismos: Devemos reprimir o uso de palavras estrangeiras?

(<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/estrangeirismosred>).

Conforme realizado nas análises anteriores, iniciaremos observando como se dá o posicionamento da autora em relação aos discursos presentes na coletânea. Veja os trechos que seguem:

É cada dia mais freqüente em nossa língua o uso de estrangeirismos. Palavras como sale, delivery e printar já fazem parte do mundo publicitário e da informática, despertando controvérsias. (redação de Fernanda)

Visto isso, palavras como sale, off, delivery, drive-thru são incorporadas ao vocabulário das pessoas quando passam a fazer parte do seu cotidiano, mesmo que elas não falem inglês. (texto 2, coletânea 3)

Este primeiro trecho do texto da aluna remete ao discurso de que os estrangeirismos são frequentes na língua portuguesa. Verificamos que no segundo texto da coletânea o discurso está presente. Fernanda, portanto, remete a um dos discursos da coletânea como forma de iniciar seu texto, como forma de mencionar a polêmica a qual o tema remete. A seguir, podemos identificar outros discursos referidos, que serão analisados na sequência:

a)

(...) É o caso do projeto de lei de autoria do deputado Aldo Rebelo, que proíbe o emprego de estrangeirismos, alegando que estamos passando por uma descaracterização da língua portuguesa ao usarmos constantemente palavras estrangeiras. (redação de Fernanda)

O deputado, ao justificar o projeto de lei, argumenta que assistimos, atualmente, a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos. (texto 1, coletânea 3)

É o que defende o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B/SP), que apresentou no ano passado um projeto de lei que defende a contenção do uso de estrangeirismos na língua portuguesa. (...) "O problema é quando abrimos mão de palavras nossas em função das estrangeiras. É um abuso, uma forma de humilhação e de ostentar domínio sobre as pessoas que não conhecem o

idioma estrangeiro", acredita ele, que cita o uso de estrangeirismos como *startar* (começar), *delivery* (entrega em domicílio) como absolutamente desnecessários já que o português tem palavras similares. (texto 4, coletânea 3)

De acordo com o texto da justificativa, a língua portuguesa estaria ameaçada de se desfigurar devido à imposição crescente do inglês americano. (texto 5, coletânea 3)

O discurso do deputado Aldo Rebelo, citado por Fernanda em sua introdução, pode ser encontrado em três textos da coletânea sob diferentes formas. No entanto, o que se observa é que em todas elas, bem como no texto de Fernanda, o deputado assume uma voz contra a disseminação dos estrangeirismos, visto no texto 1 como descaracterização da língua portuguesa, no texto 4 como absolutamente desnecessários já que o português tem palavras similares, e no texto 5 como um motivo de desfiguração da língua portuguesa. Nos três casos, portanto, o discurso que prevalece relacionado à figura do deputado Aldo Rebelo é o estrangeirismo como ameaça à língua. Tal discurso é trazido por Fernanda ao seu texto como forma de situar o leitor sobre a polêmica do tema no seu contexto de produção textual, agregando informações importantes, de forma que esse discurso será posteriormente refutado pelos argumentos apresentados ao longo do texto da autora:

A justificativa de que o uso de estrangeirismos estaria descaracterizando a língua portuguesa não é válida, uma vez que eles fazem parte da história e do uso de uma língua. (redação de Fernanda)

b)

Hoje, com a hegemonia dos Estados Unidos, a presença de palavras inglesas no nosso cotidiano não é puro acaso, já que a língua inglesa tem um papel de prestígio no cenário internacional devido à atual situação político-econômica mundial. (redação de Fernanda)

Da mesma maneira, o léxico de uma língua é composto, também, por palavras de formação vernácula e por empréstimos de outras línguas. Esses empréstimos refletem, por sua vez, a posição de determinada nação em relação às outras, ou seja, as dependências social, política, cultural e, sobretudo, econômica, fazem com que as nações dependentes adotem produtos, serviços e modismos das nações dominantes. Em nossa época, os estrangeirismos existentes na língua portuguesa do Brasil advêm principalmente da língua inglesa, devido à forte presença norte-americana em nossas vidas. Esses anglicismos não fazem parte de nosso fundo lexical comum, pois são empréstimos lingüísticos conseqüentes de determinada situação sócio-econômica vivida pelo Brasil, em determinada situação histórica. (texto 1, coletânea 3)

José é apenas um dos tantos brasileiros que enrolam a língua na hora de pronunciar nomes de edifícios, lojas e outros estabelecimentos espalhados pelo Distrito Federal. A razão é o uso de palavras de outros idiomas, especialmente do inglês, em letreiros e fachadas da cidade. (texto 4, coletânea 3)

Nos trechos acima é possível notar a presença, tanto no texto de Fernanda como nos excertos da coletânea, de discursos que afirmam a hegemonia americana por meio da proliferação de estrangeirismos advindos da língua inglesa. Além disso, Fernanda se posiciona a favor do discurso que relaciona a situação política e econômica mundial à hegemonia dos Estados Unidos, discurso que também pode ser encontrado no excerto do texto 1. A estudante, portanto, se posiciona a favor desses discursos como forma de construir uma argumentação baseada na inevitabilidade da existência de estrangeirismos, já que se vive sob a influência americana e esta é inevitavelmente relacionada ao surgimento de anglicismos.

c)

A justificativa de que o uso de estrangeirismos estaria descaracterizando a língua portuguesa não é válida, uma vez que eles fazem parte da história e do uso de uma língua. (redação de Fernanda)

A percepção do conteúdo do léxico nos desautoriza, dessa maneira, a falar em descaracterização, pois os empréstimos lingüísticos (e, entre eles, o “tão temível” anglicismo) fazem parte da história e do uso de uma língua. (texto 1, coletânea 3)

O estrangeirismo é um dos meios mais comuns de incorporação de neologismos em uma língua. O idioma do qual mais se emprestam termos depende da época e do contexto histórico. (texto 2, coletânea 3)

Nos exemplos acima, é possível perceber claramente um movimento dialógico do texto de Fernanda com os textos da coletânea. Ao invalidar os estrangeirismos como fator descaracterizante da língua, Fernanda possivelmente se apóia nos discursos dos dois excertos destacados. No texto 1, a aluna encontrará a contra-argumentação do conceito de descaracterização da língua no processo histórico e de uso pelos quais a língua passa. O excerto do texto 2 reforça a relação entre estrangeirismos e processo histórico de transformação da língua. Assim, Fernanda se coloca a favor dos posicionamentos desses dois textos, de forma a referir seus discursos na argumentação de sua redação.

d)

Os empréstimos lingüísticos fazem parte da dinâmica da língua e refletem o momento histórico do povo que a usa. (redação de Fernanda)

Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a

situação de determinado momento histórico do povo que a usa. (texto 1, coletânea 3)

O fato é que a língua não é um objeto estagnado. Ela acompanha a história do homem que a fala e está sujeita a influências. Os empréstimos lingüísticos fazem parte dessa história, e não podem ser mudados por leis. (texto 2, coletânea 3)

Nesses excertos, é possível observar novamente a alusão no texto de Fernanda à historicidade da língua como fator que possibilita o surgimento de estrangeirismos, discurso que pode ser encontrado nos textos 1 e 2 da coletânea. Além disso, outro argumento de Fernanda é a língua vista como um objeto dinâmico, discurso encontrado no texto 1 (*o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua*). Novamente, é a coletânea servindo como apoio para Fernanda, que adere ao seu posicionamento.

e)

De uma certa maneira, este empréstimo lingüístico pode ser considerado como um meio de renovação e enriquecimento da nossa língua. (redação de Fernanda)

Há o estrangeirismo que supre carências e enriquece a língua, e há o tolo, metido, babaca, usado para fins pouco nobres. (texto 5, coletânea 3)

Neste último exemplo de tomada de posicionamento da autora em relação aos discursos da coletânea, observa-se que a aluna se apóia no discurso de enriquecimento da língua por meio de estrangeirismos, argumento que pode ser encontrado no texto 5.

De uma forma geral, Fernanda procura se posicionar sempre no mesmo sentido que a coletânea, buscando nesta os argumentos para a fundamentação de sua tese. Nesse processo, o que se observa é uma ausência de argumentos que vão contra discursos apresentados ao longo da coletânea. Esta parece ser uma atitude comum em textos produzidos por indivíduos que cursam o Ensino Médio, já que a mesma postura pôde ser encontrada em outras redações do *corpus*, assim como nos outros textos analisados neste trabalho.

Agora que se analisou o posicionamento de Fernanda em relação aos discursos presentes na coletânea, vamos verificar como se deram as apropriações textuais (reformulações/parafraseamentos) ao longo de seu texto.

O primeiro caso que eu gostaria de verificar segue abaixo:

É cada dia mais freqüente em nossa língua o uso de estrangeirismos. Palavras como sale, delivery e printar já fazem parte do

mundo publicitário e da informática, despertando controvérsias. (redação de Fernanda)

Visto isso, palavras como *sale*, *off*, *delivery*, *drive-thru* são incorporadas ao vocabulário das pessoas quando passam a fazer parte do seu cotidiano, mesmo que elas não falem inglês. (texto 2, coletânea 3)

Nos excertos acima, nota-se que Fernanda, ao se apropriar de um discurso presente no texto 2, deixa em sua dissertação certos indícios de tal apropriação. Em primeiro lugar, podemos citar os exemplos por ela utilizados que também estão presentes na coletânea (*sale* e *delivery*). Segundamente, verifica-se que na retextualização de Fernanda, ela utiliza o termo *frequente* em relação aos estrangeirismos, quando na coletânea aparece o termo *cotidiano*. Podemos sugerir daí que a aluna tenha substituído a idéia de estrangeirismos como *elementos de uso cotidiano* por *elementos de uso frequente*. Seu texto traria, dessa forma, pistas de sua apropriação do discurso por meio de parafraseamentos.

Podemos perceber que algo semelhante ocorre nos excertos abaixo:

Este projeto, porém, desconsidera a própria história da língua portuguesa, ao ignorar o fato de que ela é repleta de palavras oriundas do latim, do francês, de línguas indígenas e africanas. Não seria possível, portanto, tentar coibir o fenômeno lingüístico de incorporação de outras culturas, através da condenação do uso de palavras estrangeiras. (redação de Fernanda)

Nota-se, principalmente nos incisos VI, VII e VIII, que o campo de ação do projeto de lei é o léxico da língua, já que pretende coibir o uso de certas palavras estrangeiras nos meios de comunicação, no anúncio e publicidade comerciais. (...) Percebe-se também que o deputado não conhece a história da própria língua portuguesa no Brasil (repleta de palavras oriundas de línguas indígenas e africanas), já que acredita que é possível coibir o fenômeno do empréstimo lingüístico, simplesmente proibindo o uso de certas expressões por meio de uma lei. (texto 1, coletânea 3)

Nesses trechos, verifica-se que em ambos os trechos o uso da palavra *coibir* quando se fala do *fenômeno lingüístico*. Desse modo, pode-se afirmar que este é um indício de reformulação de um discurso presente no texto 1. Porém, o que se observa é que no texto de Fernanda a autora se refere à incorporação de outras *culturas* por meio da língua, enquanto que o texto 1 alude estritamente à questão lingüística. Assim, Fernanda abre o tema dos estrangeirismos a uma questão cultural, movimento que não é realizado pelo texto da coletânea.

Além disso, enquanto o texto da aluna faz referência às *palavras oriundas do latim, do francês, de línguas indígenas e africanas*, o texto 1 cita que a língua portuguesa é *repleta de palavras oriundas de línguas indígenas e africanas*. Logo, é

possível dizer que este excerto do texto 1 foi reformulado por Fernanda, que elaborou uma paráfrase com novos sentidos, já que em seu texto ela inclui outras línguas influentes no português (o latim e o francês) fazendo, implicitamente, uma referência mais abrangente com relação à história da língua portuguesa.

Vamos observar outros exemplos:

Os empréstimos lingüísticos fazem parte da dinâmica da língua e refletem o momento histórico do povo que a usa. (redação de Fernanda)

Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa. (texto 1, coletânea 3)

Nos exemplos acima, observamos que a *parte dinâmica da língua* e a questão do *momento histórico* estão presentes nos dois excertos. O que se nota é que Fernanda faz uma seleção nos discursos do texto 1, enxugando as idéias até restarem aquelas que serão interessantes para a construção de seu texto. Daí é possível afirmar que, ao reformular um determinado discurso presente no texto 1, ela o faz de forma a realizar diversas omissões, mantendo aquilo que é útil para seus objetivos.

O mesmo movimento de omissão pode ser percebido nos excertos abaixo:

A justificativa de que o uso de estrangeirismos estaria descaracterizando a língua portuguesa não é válida, uma vez que eles fazem parte da história e do uso de uma língua. (redação de Fernanda)

A percepção do conteúdo do léxico nos desautoriza, dessa maneira, a falar em descaracterização, pois os empréstimos lingüísticos (e, entre eles, o “tão temível” anglicismo) fazem parte da história e do uso de uma língua. (texto 1, coletânea 3)

Nesses exemplos, Fernanda parafraseia o texto 1, sem incluir em seu texto referências ao *conteúdo léxico* e ao *anglicismo*, temas que ela escolheu não trabalhar em sua redação, mas que faziam parte das argumentações do texto 1. Percebemos por estes últimos exemplos que também as reformulações por omissão têm sua importância, na medida em que a apropriação de discursos também se dá pela exclusão de outros discursos.

7. Conclusão

Das análises acima é importante notar que nos três casos vistos a coletânea reunida pelos alunos segue numa única direção: sempre contra a instituição de uma lei que regulamente o uso de estrangeirismos no país. Desse modo, as coletâneas vêm para confirmar um posicionamento dos autores. Nenhum deles colocou algum texto que fosse diretamente a favor da regulamentação dos estrangeirismos pelo projeto de lei criado pelo deputado Aldo Rebelo. Acredito na possibilidade de que esses alunos buscaram, ao compor a coletânea, textos cujos posicionamentos em relação ao tema coincidissem com suas opiniões.

Contudo, não se pode ignorar que o próprio posicionamento desses estudantes estava sujeito às influências do discurso da mídia, veiculado pelos jornais, TV, etc. É sabido que, na época, havia um grande volume de textos na mídia criticando a aprovação de tal lei, o que pode ajudar a entender as formas pelas quais os alunos se apropriaram desses discursos, participando da polêmica em questão.

As análises também ajudam a exemplificar as formas pelas quais o dialogismo se dá na prática escolar de escrita. O enfoque nesse tipo de texto é uma maneira de se estudar estratégias concretas de apropriação de textos, contribuindo para os estudos das teorias de linguagem em ambiente escolar.

8. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In: Questões de literatura e de estética*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 71-133.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. **Trabalhos de Lingüística Aplicada**. Campinas, v. 45, n. 2, p.205-224, Jul./Dez. 2006.

CUNHA, Rodrigo Bastos; FIAD, Raquel Salek (orient.). **Indícios de leitura, visões de mundo e construções de sentido**. 254 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2009.

DIALOGISMO, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin. Co-autoria de Diana Luz Pessoa de Barros, Jose Luiz Fiorin. São Paulo: Ed. da USP, 1999.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 143-179.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Marcio Antonio de; BRAGA, Denise Bertoli (orient.). **A produção do gênero dissertativo: reflexões sobre o uso da internet na escola**. 148p. Dissertação

(mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2007.

POSSENTI, S. A leitura errada existe? *In: Estado de leitura*. Barzotto, V. H. (org.). Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 169-178.

RIBEIRO, Nilsa Brito; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orient.). **A paráfrase**: uma atividade argumentativa. 159p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2001.

9. ANEXOS

9.1. COLETÂNEA 01

9.1.1. TEXTO 01

O USO DAS PALAVRAS ESTRANGEIRAS

Em 2002 foi realizado o Seminário Agronegócio de Exportação. O Itamaraty, patrocinador do evento, exigiu o uso de agronegócio em vez de *agrobusiness*, que era o termo preferido pelos empresários do setor. Ponto para o Itamaraty. Sem querer ser purista, devemos defender a Língua Portuguesa. Não há necessidade alguma de usarmos palavras como *startar* ou mesmo *estartar*. Por que não iniciar, começar ou principiar? Outra palavra muito em moda é *paper*. Além de mal traduzido, ainda está sendo usado num sentido muito amplo. Tudo virou *paper*. Quando me pedem um *paper*, nunca sei se é um relatório, um fax, uma carta ou uma proposta. Só falta o *paper* higiênico. Sugiro também a substituição da sua péssima *performance* por um melhor desempenho sexual.

É lógico que existem alguns estrangeirismos inevitáveis. *Software* e *marketing*, por exemplo, são palavras consagradas entre nós. Já tentamos traduzi-la e depois aportuguesá-las. Luta em vão. São palavras que todos nós usamos e até podemos, hoje, escrevê-las sem aspas.

Algumas palavras suscitam polêmica, como é o caso de *deletar* e *acessar*, que, na minha opinião, são restritas à área de informática. É possível afirmar que o Presidente teve acesso à tribuna de honra, mas jamais afirmaria que ele *acessou* a tribuna de honra (o verbo acessar não tem o sentido genérico de “ter acesso”). Há estrangeirismos cujas traduções são questionáveis ou “não pegam”. *Know how* e *impeachment* são exemplos disso. *Know how* seria “conhecimento ou tecnologia”, mas eu tenho certeza de que “quem vende *know how* cobra mais caro”. No caso do *impeachment* ocorre algo curioso. Na Constituição Brasileira, a palavra é impedimento. No *impeachment* do Collor, nós bem que tentamos usar o impedimento. Mas não deu. Na época eu tive a sensação de que impedimento era pouco, o que se queria mesmo era *impeachment*. Parece brincadeira, mas não é. Há palavras estrangeiras cujas traduções não têm o “mesmo peso”.

Outro problema difícil é o aportuguesamento. Há casos consagrados como futebol, abajur, espaguete, grife e outros mais. Entretanto, há os problemáticos: *xampu* ou *shampoo*? A forma xampu já é bastante usada quando nos referimos aos xampus em geral. Porém, nos rótulos dos *shampoos*, continua a forma estrangeira. Talvez os fabricantes temam que os brasileiros pensem que se trate de algum “xampu vagabundo”. Outro exemplo é *stress*. Eu prefiro *estresse*, por ser facilmente aportuguesado e, principalmente, para ser coerente com a forma derivada: *estressado*. Por outro lado, creio que o aportuguesamento de *show* é do tipo que “não pega”, porque ficou preso à Xuxa, a “rainha dos baixinhos” e a “mãe do *xou*”. *Leiaute* é outro aportuguesamento que dificilmente será usado. A forma inglesa é mais “poderosa”. *Feedback* é um exemplo curioso. O aportuguesamento *fidebeque* ficou horroroso e traduzi-la por “retroalimentação” é perigosíssimo na linguagem falada: alimentação por onde? Realimentação ou retorno são boas soluções.

Como você pôde observar, é muito difícil criar uma regra. Cada caso merece uma análise individual. Entretanto, uma regra podemos seguir: para qualquer novo estrangeirismo, primeiro devemos buscar uma palavra correspondente em português. E antes de usarmos a forma estrangeira, ainda devemos tentar o aportuguesamento.

Fonte: JB, jornalista Sérgio Nogueira

Fonte: <http://www.portugues.com.br/art2.htm> (Acesso em: 19 out. 2009).

9.2. COLETÂNEA 02

9.2.1. TEXTO 01

O ESTRANGEIRISMO NO PORTUGUÊS DO BRASIL FATOR DESCARACTERIZANTE?

Gil Roberto Costa Negreiros

(PUC-SP, UNIVERSITAS e FSM-MG)

Resumo

Este texto pretende discutir a validade do projeto de lei 1676/99, que objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa em território brasileiro. Para tanto, usaremos, como referencial teórico, artigos de Fiorin e Aubert. Nossa hipótese é mostrar que o uso de estrangeirismos, em especial o de anglicismos, não descaracteriza a língua, uma vez que atinge apenas algumas áreas pré-determinadas.

Palavras-chave: preconceito, empréstimo e renovação lingüísticos.

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo”. (LUDWIG WITTGENSTEIN)

O projeto de lei n.º 1676/99, de autoria do deputado Aldo Rebelo, é um dos poucos assuntos relacionados à língua que tem espaço na mídia brasileira. Em época recente, o projeto tornou-se objeto de polêmica entre o seu autor e alguns lingüistas, entre eles Fiorin (2000) e Aubert (2001). Considerado por este último como preconceituoso, o referido documento objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa no Brasil.

Para tanto, sugere que o uso do português se torne obrigatório em determinadas situações do cotidiano, sendo que qualquer “uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados” na lei “e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”. (*Apud* AUBERT, 2001: 68)

O deputado, ao justificar o projeto de lei, argumenta que assistimos, atualmente, a uma verdadeira *descaracterização da língua portuguesa*, (Grifo nosso) tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos. Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir a validade dessa afirmativa, sobretudo com relação aos empréstimos lexicais da língua inglesa.

O projeto de lei, em seu artigo 3.º, define os segmentos sociais que serão alvo da possível lei: (1) todos os brasileiros; (2) todos os estrangeiros que se encontram em nosso país há mais de um ano. Define também as situações em que a língua portuguesa deve ser usada:

Art. 3.º - É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I – no ensino e na aprendizagem;

II – no trabalho;

III – nas relações jurídicas;

IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI – nos meios de comunicação de massa;

VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

(*Apud* AUBERT, 2001: 166-7)

Nota-se, principalmente nos incisos VI, VII e VIII, que o campo de ação do projeto de lei é o léxico da língua, já que pretende coibir o uso de certas palavras estrangeiras nos meios de comunicação, no anúncio e publicidade comerciais. Com isso, a lei se tornaria uma barreira na descaracterização do português brasileiro.

Segundo Fiorin (2000: 225-6), o que caracteriza uma língua é a sua *gramática* e o seu *fundo léxico comum*. Partindo do pressuposto de que o projeto de lei visa a planificar o uso do léxico no português brasileiro, não iremos nos preocupar, aqui, com o que tange à *gramática*. Desse modo, sobra-nos a questão do *fundo léxico comum*. E o que vem a ser esse fundo?

A base que sustenta o léxico de uma língua é denominada *fundo léxico comum*, que, por sua vez, expressa noções que não são afetadas por mudanças econômicas, sociais e políticas:

O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto à gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. (Fiorin, 2000: 226)

Fazem parte desse fundo comum palavras que designam, por exemplo, as partes do corpo, o mobiliário, os tipos de parentesco, os nomes de animais e de plantas, os fenômenos da natureza, os dias, os meses e as estações do ano. Em geral, grande parte das palavras do fundo em questão é de origem latina e, como podemos observar, encontram-se atualmente em franco uso, não sendo substituídas por estrangeirismos. (cf. Fiorin, 2000: 226-7)

Da mesma maneira, o léxico de uma língua é composto, também, por palavras de formação vernácula e por empréstimos de outras línguas. Esses empréstimos refletem, por sua vez, a posição de determinada nação em relação às outras, ou seja, as dependências social, política, cultural e, sobretudo, econômica, fazem com que as nações dependentes adotem produtos, serviços e modismos das nações dominantes.

Em nossa época, os estrangeirismos existentes na língua portuguesa do Brasil advêm principalmente da língua inglesa, devido à forte presença norte-americana em nossas vidas. Esses anglicismos não fazem parte de nosso fundo lexical comum, pois são empréstimos lingüísticos conseqüentes de determinada situação sócio-econômica vivida pelo Brasil, em determinada situação histórica. Foi assim no séc. XIX, quando a França era o centro cultural do mundo ocidental: a língua portuguesa, nessa época, viu-se invadida por expressões francesas, quase todas de origem léxica, como *dominó*, *paletó*, *champagne*, *bouquet*, *chance*, *comitê*, *troupe* etc. Algumas dessas palavras, ainda hoje, sobrevivem na língua portuguesa do Brasil, tendo sido absorvidas pelo nosso léxico.

Essa influência à distância não é nova. No caso brasileiro, fez-se, ao longo de quase dois séculos, pelo peso e prestígio da cultura francesa, e, com mais intensidade, a partir dos anos 40 do século XX, pelo peso e prestígio da cultura, da economia e do poderio militar anglo-americano. A difusão e a presença crescente dos meios de comunicação e da chamada “indústria do entretenimento” proporcionam ferramentas de disseminação de matrizes comportamentais (inclusive de comportamentos lingüísticos), irradiando da cultura dominante para as culturas periféricas. (AUBERT, 2001: 166)

Desse modo, o léxico é formado por um fundo comum, que é fixo, por construções vernaculares (derivação, sufixação, parassíntese, composição e prefixação) e por empréstimos de outras línguas, que variam de acordo com o momento social vivido pela nação. Segundo Fiorin, o léxico de uma língua é, assim, “um conglomerado de formas providas de fontes diversas”. (2000: 227)

Entretanto, da mesma forma que os povos dominados recebem empréstimos lingüísticos de nações dominantes, estas, de uma maneira mais amena, também apresentam, em seu vocabulário, estrangeirismos. Ou seja, ainda que a adoção de empréstimos seja mais relevante em um determinado lado (dos países dominados), o outro lado, isto é, os países dominantes, também têm, no conjunto lexical, sua porção de palavras importadas. Este fato pode ser incentivado, no caso do Brasil, pelas suas dimensões territoriais e demográficas. A realidade territorial brasileira exige das culturas dominantes, em determinadas circunstâncias, acomodação lingüística, a fim de que essas nações possam interagir com o universo brasileiro. (cf. AUBERT, 2001: 170-1)

Exemplificando essa situação, Aubert postula:

Demonstra essa circunstância a designação oficial do Brasil como *Federative Republic of Brazil*, embora um termo mais próximo à idiomatidade do inglês teria sido *Federal Republic of Brazil*. Do mesmo modo, para permitir à cultura anglo-saxã lidar com a realidade societária brasileira, foi necessário cunhar o termo *quotaholder*, para designar o *sócio-quotista* de uma empresa de responsabilidade limitada, posto que *shareholder* ou *stockholder* gerariam imprecisão, tendentes a ser percebidos como equivalente a *acionista* de sociedade anônima. (2001: 171)

A percepção do conteúdo do léxico nos desautoriza, dessa maneira, a falar em descaracterização, pois os empréstimos lingüísticos (e, entre eles, o “tão temível” anglicismo) fazem parte da história e do uso de uma língua.

Diante dos fatos apresentados acima, podemos afirmar que, para justificar o projeto de lei 1676/99, pelo menos um dos argumentos usados pelo deputado Aldo Rebelo não tem fundamentação científica. Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa.

Percebe-se também que o deputado não conhece a história da própria língua portuguesa no Brasil (repleta de palavras oriundas de línguas indígenas e africanas), já que acredita que é possível coibir o fenômeno do empréstimo lingüístico, simplesmente proibindo o uso de certas expressões por meio de uma lei.

Por sua vez, o fundo léxico comum, que, juntamente com a gramática formam a base de uma língua, não é afetado pelos estrangeirismos (no caso especial do Brasil, pelos anglicismos). Estes últimos só ocorrem em determinadas “partes mais flexíveis” do nosso vocabulário. Atualmente, podemos citar os meios musical e cinematográfico e, em especial, a Informática, como as fontes mais comuns de anglicismos, dado à intensa influência norte-americana nessas áreas.

Assim, torna-se muito difícil, a curto e médio prazo, evitar o empréstimo lingüístico, já que a situação político-econômica mundial faz com que a língua inglesa tenha um maior prestígio em relação às outras línguas. Acrescente-se, ainda, que o empréstimo, de uma certa maneira, é um dos meios de renovação lexical e, em consequência, pode ser considerado, lingüisticamente, um recurso pertencente ao fenômeno do enriquecimento de uma língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. Preconceitos lingüísticos subjacentes ao projeto de lei n.º 1676/99. In: URBANO, Hudinilson et al. (org.) *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORIN, José Luiz. Política lingüística no Brasil. *Gragoatá*, 2000, v. 9, p. 221-31.

Fonte: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)06.htm) (Acesso em: 19 out. 2009).

9.2.2. TEXTO 02

FÓRUM

Deve-se limitar o uso de palavras e expressões estrangeiras no Brasil?
Está em discussão, no Congresso, projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo, do PCdoB, que limita o uso de palavras estrangeiras como "Internet banking", "browser" e "50% off". Lei semelhante existe em países como Portugal e França. Mas as opiniões se dividem: uns acham que não se deve usar palavras estrangeiras quando é possível traduzi-las; outros crêem que a entrada de termos novos em nosso dia a dia faz parte da evolução natural do idioma.

48 mensagens. Mediador: Portal. Publicação imediata de mensagens

Fonte: <http://www.aprendebrasil.com.br/foruns/proposta.asp?id=10991> (Acesso em: 19 out. 2009).

9.2.3. TEXTO 03

NA PONTA DA LÍNGUA

(Reportagem publicada na revista Kalunga, junho de 97, n.º 78.)

Diferenças e influências à parte, a língua portuguesa continua sendo um fator de união no País. Anglicismos, galicismos, o "economês", o "informatiquês" e o linguajar dos guetos só servem para enriquecê-la ainda mais...

A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os lingüistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês, a emergência das falas cifradas dos "guetos" (como nos morros cariocas e grupos afros da Bahia), ou mesmo a linguagem seletiva adotada pela mídia poderiam, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.

Para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários, afirma o lingüista Luís Antônio Marcushi, da Universidade Federal de Pernambuco: "Além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas formas sintáticas, o que não acontece." Segundo o professor, o sistema lingüístico só admite para a língua o que pode ser articulado de acordo com a estrutura fonológica que lhe é própria, acrescenta.

Estrangeirismos

Palavras estrangeiras sempre influenciaram o idioma, como as emprestadas do francês no século passado – abajur, garagem, toalete, etc. E parece mesmo natural que elas juram, ao lado dos neologistas, quando não há substitutos melhores para designar as novidades. Hoje é o inglês que está chegando depressa demais, principalmente nas áreas de informática, negócios e no comércio, fato que não surpreende os estudiosos. Conforme dizem, o ritmo acelerado dos avanços tecnológicos é o principal fator dessas

transformações no idioma. A partir deste século, a língua passou a ser considerada fenômeno cultural dinâmico, que acompanha a realidade. Combinada a essa noção, a tecnologia ingressou fortemente nos contextos comunicativos de todas as camadas sociais.

Não que seja impropriedade colocar restrições aos empréstimos da língua, quando estes não obedecem às normas gramaticais do português. Simples aportuguesamentos, como "plugados", ou transposições diretas, como "delivery", "on sale", "bookstore", podem, segundo os especialistas, atrapalhar a comunicação, deixando para escanteio (corner, lembra?) correspondentes já reconhecidos pelo idioma.

Manual de redação

Na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, as palavras estrangeiras não são condenadas por princípio, mas algumas regras buscam orientar seu uso. Assim, se é difícil encontrar termo equivalente a "fast-food", o melhor seria usá-lo na íntegra. Já a palavra "performance" pode muito bem ser substituída por "desempenho", exemplifica o jornalista Eduardo Martins, autor do *Manual de Redação e Estilo* de *O Estado*.

No seu modo de entender, traduções e adaptações não deveriam ser feitas a qualquer custo, apenas para descartar o termo estrangeiro, como ocorre em alguns países. "Disco mole e disco duro, formas instituídas em Portugal para a linguagem de informática, por exemplo, soam pior do que os termos originais em inglês (*hard disk* e *floppy disk*)", comenta Martins.

Na França, o controle sobre a língua dificulta legalmente a administração de palavras estrangeiras, mas ainda lá torna-se cada dia mais difícil impedir a invasão do inglês. "Um estudioso francês veio ao Brasil tempos atrás e envolveu-se em uma situação curiosa. Ele conseguiu confundir a platéia de professores universitários, citando "Byrron" (pronunciando *birron*) em vez de Byron (*báiron*), o nome do poeta no inglês original", recorda o professor de Língua Portuguesa na PUC de São Paulo, Dino Preti.

O abuso de palavras estrangeiras, assim como de jargões profissionais (o *economês*, *informatiquês* etc.), em geral são apenas formas de angariar prestígio lingüísticos efêmeros (como os usos que a própria sociedade lhes confere), que servem para identificação dos grupos. No caso da linguagem cifrada nos morros cariocas, por exemplo são também signos de defesa", explica.

Dialetos regionais

O painel das diferenças lingüísticas no Brasil completa-se com os diversos linguajares regionais, que utilizam o português como língua – não há o que discordar -, porém, com pronúncias, vocabulários e particularidades tão variadas que constituem verdadeiros dialetos. São suscetíveis de modificações e de novas incorporações, mas foneticamente possuem mecanismos de controle. "Um gaúcho pode até adotar novos termos, mas dificilmente perderá o sotaque característico", analisa o professor Marcuschi.

Línguas que chegaram ao Brasil, como o iorubá, falada pelos escravos, acabaram perdendo espaço em razão da proibição dos senhores, inclusive, nos cultos religiosos, de acordo com a professora Maria Del Rosário Alban, a Universidade Federal da Bahia. Assim como o latim, seus termos permaneceram nos rituais, mas esvaziados de significado. Entretanto, a valorização da cultura afro manteve-se viva e forte apesar dos ataques, e muitas palavras foram incorporadas à culinária, por exemplo.

Fala coloquial

Em geral, regionalismos são evitados na imprensa e televisão "A Rede Globo, por exemplo, padroniza sua linguagem com base na fala coloquial de Rio e São Paulo, e não permite vocabulários próprios apenas de uma região", ressalta Evandro Carlos de

Andrade, diretor de jornalismo da emissora. Curiosa é a assimilação que a imprensa de São Paulo fez da palavra "gari", até alguns anos atrás utilizada em exclusividade pelos cariocas para designar lixeiro e varredor. "Por englobar dois termos com igual significado e por ser de bom tamanho para títulos em jornal, acabou sendo aceita e incorporada no noticiário", conta o jornalista Eduardo Martins. Mas a regra continua ser a de evitar neologismos específicos, como "goleira", que é trave em Porto Alegre, ou "bombeiro", encanador na fala carioca.

Sob muitos aspectos, a tendência é a de que a linguagem urbana, transportada via rádio e televisão para todo canto, acabe substituindo a fala rural, expressão da cultura tradicional. Preocupado em documentar, enquanto é tempo, o linguajar característico das cidades que margeiam o rio Tietê, a oeste da capital, o jornalista Cecílio Elias Neto organizou, com auxílio da Universidade, um dicionário sobre o "caipiracicabano", com termos selecionados das 2 mil palavras que há anos vem coletando.

O livro registra o sotaque do interior paulista, percebido nos "erres", de palavra como *porta* (onde suspeita-se de influência norte-americana), e recriações vocabulares como *arco* (álcool) e *tarco* (talco), além da presença italiana na fala caipira (caroça, em lugar de carroça) e dos índios paiaгуas, na omissão das vogais de certas palavras.

São Paulo caipira

Seguindo a leste do Estado pela via Dutra, outro nicho de regionalismo convive com o desenvolvimento industrial. Há alguns anos, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de São José dos Campos, elaborou uma pequena amostragem do dialeto caipira, ainda vivo na fala da região do Vale do Paraíba. Abaixo, alguns exemplos:

"Fica lá pras banda de Djacarái" (dito por Nhô Carmo, um antigo morador, referindo-se à cidade de Jacaréi); quadra – medida (pouco precisa) de um pedaço de terra, destinado, por exemplo, ao plantio; espuma – espuma; andante – andarilho; berando – estar se aproximando, por volta de ("está berando os anos"); estar tentando – estar "melhorzinho de saúde"; gado mais leitado – que tem mais leite para ser ordenhado; que tanto...?, quem tanto...? – acréscimo regular do advérbio como força de expressão ("quem tanto esteve lá com vocês?", "que tanto buscavam eles?").

Fala crioula

No século 18, um grupo de imigrantes suíços fundou, ao sul da Bahia, o povoado de Helvécia, para onde levaram escravos negros. Da mistura do francês falado pelos colonizadores com o português adotado pelos negros, vigorou por muito tempo uma fala com características particulares. Crioulo é como se denomina essa língua, originada do contato entre um idioma europeu e as falas nativas de povos das Américas, Índia, África e Ásia. Nos anos 50, as primeiras incursões para estudo desse remanescente de um falar crioulo foram realizadas pela pesquisadora Carlota Ferreira, da Universidade Federal da Bahia. Na área, de população predominantemente negra, ela ouviu expressões estranhas ao nosso sistema fonológico, como "u estaçon" (a estação), por exemplo, e constatou ausência de concordâncias, em número e gênero, dos artigos e substantivos. "Hoje, no entanto, com a alfabetização, o transporte e o aumento das comunicações, os vestígios do crioulo em Helvécia desapareceram, e é necessário ingressar mais para o interior, em áreas de pouco acesso, para identificar suas marcas", observa a professora.

Tupinismos e afins

Na Amazônia, alguns povos indígenas, cablocos e população ribeirinha ainda falam uma língua derivada do tupi antigo, o *nheengatu*, que mantém uma sintaxe original da época do Descobrimento. Esse exemplo localizado parecer ser o que restou do tupi-guarani, família de língua predominante em todo o território brasileiro até a expulsão dos jesuítas e a proibição oficial do idioma, por ordem do Marquês de Pombal,

em 1758. Até então, a fala indígena mesclada a alguns elementos do português, fora adotada sem problemas pelos bandeirantes e população para a comunicação com os nativos. "Com a lei de Pombal, o Brasil perdeu definitivamente a oportunidade de ser uma país bilíngüe", diz Eduardo Navarro, professor de tupi da Universidade de São Paulo.

No contexto nacionalista da década de 50, uma tentativa de incorporar a língua ao ensino superior veio do governo Café Filho, por meio de um decreto tornando a matéria obrigatória nos cursos de Letras. Entretanto, como todo decreto, sustentava-se pelo autoritarismo e acabou não vingando.

Mas, se o tupi não sobreviveu como língua oficial (e, não adianta lamentar, conforme mostra a trajetória conflituosa do personagem Policarpo Quaresma, de Lima Barreto), deixou marca significativa em muitas palavras do nosso vocabulário. De acordo com o dicionário tupi-português, organizado por Lemos Barbosa, calcula-se a ocorrência de 10 mil tupinismos, que somados aos nomes próprios e de localidades geográficas, podem ser multiplicados por cinco.

O tupi não entrou para a linguagem formal dos centros administrativos, mas enraizou-se fortemente na fala familiar e coloquial do meio rural, passando a denominar elementos da flora, fauna e da alimentação. As marcas profundas deixadas no nosso vocabulário estendem-se do sertão nordestino às áreas rurais de Minas Gerais, dos habitantes do Xingu aos caiçaras do litoral paulista. Apesar de restrito, o estudo do tupi pode auxiliar na compreensão da língua falada no Brasil, além de apoiar estudos da geografia e da literatura do século 16, da fase romântica (Gonçalves Dias, José de Alencar) e modernista (antropofagia).

Termos regionais

Mato Grosso do Sul

Palavras indígenas e vocábulos em guarani (língua oficial do Paraguai) são empregadas amplamente nas regiões de fronteira. Alguns exemplos:

mitacunhã porã – moça bonita

galheta – bolacha

canha – pinga (em Bela Vista)

Em Campo Grande e outros municípios do Mato Grosso do Sul, os regionalismos mais freqüentes foram introduzidos por colonos gaúchos:

trompar – trombar

bolita – bola de gude

mate – chimarrão quente

tereré – chimarrão gelado

pandorga – pipa

vote! – interjeição de repulsa ou espanto (cruzes!)

guaiaca (tupi) – cinto de couro, dotado de bolsas externas, usado pelo boiadeiro

guaipesca (tupi) – cachorro vira-latas

Norte e Nordeste

O uso das vogais abertas, no português falado na Bahia, revela traços conservadores da época do Descobrimento do Brasil, dizem os linguistas.

baba (BA) – futebol amador, bate-bola, pelada

xexéu (BA) – homem afeminado

macaxeira – mandioca

jerimum – abóbora

laranja-cravo – mexerica, tangerina

baitolo – homossexual masculino

Rio Grande do Sul

gaudério – sinônimo de gaúcho; termo mais amplamente usado no interior
"te abanquetas" – expressão usada para convidar a pessoa a sentar-se
bergamota – mexerica, tangerina
redomão – potro que ainda não foi domado
atucanado – cheio de tarefas, atarefado
amargo – chimarrão
rapariga – termo ainda empregado pelos velhos para designar moça
piá – bebê, ou jovens até 14 anos
chinoca – na zona rural, moça promíscua
guampudo – indivíduo "corno"
mas que tal? – forma de cumprimento em cidades fronteiriças como Uruguaiana,
por exemplo
bagaceiro – de mau gosto, "brega"

Pernambuco

fiteiro – qualquer banca de rua. O termo relaciona-se, originalmente, ao vendedor de fitas que circulava pela cidade
então, pronto... – expressão de acordo ou confirmação
é o bicho – expressão de emprego recente, refere-se a algo muito bom ou interessante
fruta – homem afeminado, em Pernambuco

Sergipe

mercadinho – supermercado, hipermercado. "Mercado" refere-se apenas ao Mercado Municipal e, embora os grandes estabelecimentos sejam hoje relativamente bem maiores, eles continuam com o nome no diminutivo.

banca – aulas de reforço particulares ("dá-se banca", "colocar os filhos na banca", "professora de banca")

Maria clara – é a cachaça ("dormir com a Maria Clara", uma alternativa para os solteiros)

cabrunco – vocabulário pesado e grosseiro. O mesmo que o substantivo "peste", nas acepções seguintes: (1) coisa de causar espanto; (2) pessoa ruim.

marchante – galicismo encontrado no Aurélio como "comerciante de carnes, açougueiro" para o Norte e o Nordeste. Mais recentemente, o significado foi ampliado para pequeno comerciante, de qualquer gênero. A imprensa local usa correntemente.

ximango, xibunga, ximbunga – homem afeminado, o mesmo que "bicha" no Rio. Ximbunga pode ser também qualquer coisa de péssima qualidade.

peba (som de é) – Em SE e AL, adjetivo depreciativo, que se aplica a qualquer coisa de péssima qualidade inferior. Entretanto, a popular Praia do Peba é muito bonita... O nome neste caso veio do rio que ali desemboca.

tulha – no interior de Sergipe, monte (de terra, lixo, entulho etc.)

dar uma camada de pau – dar uma grande surra

pegar ou tomar galha – ser traído

é quando o câncão pia... – expressão consagrada por um repórter de rádio sergipano. O câncão é uma espécie de gralha do Sertão. Equivale a: diante de fatos ou evidências, a matéria está se complicando, se agravando ou ganhando envergadura.

Palavras de origem tupi

socar – sok

carpir – kopira, copyr (cortar o mato)

cutucar – kutug (espetar)

mingau – mingaú (aquilo que empapa)

coroca (ex.: "velha coroca") – kuruk (resmungar)

tiquinho – tykyra (gota)
peteca – petek (bater com a mão aberta)
chorar as pitangas – pitãg (vermelho); equívale a: "chorar lágrimas de sangue".
nhenhêném – nheeng (falar sem parar)
estar jururu – aruru (tristonho)

Colaboraram: José Roberto G. Rocha (SE), Josué Lima (MS), Rosa Symanski (RS), Éride Moura (N e NE) e José Wolf (PE).

Fonte:

<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/docs/napontadalingua>
(Acesso em: 19 out. 2009).

9.2.4. TEXTO 04

GLOBALIZAÇÃO, A LÍNGUA INGLESA E O BRASIL

Muitos brasileiros vêem o grande número de termos ingleses em uso no português como ameaça à soberania nacional

A queda do Muro de Berlim, o desmantelamento do bloco soviético e a implosão da própria União Soviética contribuíram para o fortalecimento do capitalismo internacional, liderado por empresas de grande porte, as firmas "multinacionais" -- ou melhor dito, supranacionais. Como consequência dessas reviravoltas, muitos países sentiram os efeitos do fenômeno da globalização que traz, por um lado, a interligação de mercados e a internacionalização de economias e, por outro, o perigo da dolarização e da desestruturação de algumas economias e o empobrecimento de segmentos da classe média e classe baixa em várias nações.

Alguns discursos a respeito da globalização transmitem uma ideologia de bem-estar e harmonia em nível internacional. Mas a realidade é freqüentemente outra. A globalização esconde conflitos e tensões entre os países do Hemisfério do Sul, por um lado, que tendem a ser subdesenvolvidos em parte ou por completo (com exceção de Austrália, Nova Zelândia e, possivelmente, dos "tigres asiáticos" menores como Cingapura, Malásia e Taiwan) e, por outro, os do Hemisfério do Norte- que tendem a não acusar problemas de desigualdade socio-econômica, doenças endêmicas e condições precárias de moradia.

Todavia, nem todos os brasileiros vêem com bons olhos o grande número de palavras de língua inglesa em uso no português. Uma reação a esse estado de coisas é o projeto de lei nº 1676 de autoria do deputado Aldo Rebelo (PC do Brasil) que visa à proibição de palavras estrangeiras na imprensa, nos meios televisivos e também em anúncios publicitários. A referida lei impõe multas para seu descumprimento. Palavras de origem estrangeira são vistas por alguns nacionalistas como "o algoz" da língua portuguesa.

A "mcdonaldização" de diferentes culturas é vista por parte de certos grupos em diferentes nações como uma verdadeira invasão cultural. O Brasil não é único país que se sente colonizado pela pletora de vocábulos estrangeiros, particularmente de origem inglesa, proveniente de uma gama de campos diversos, como a informática e a economia, por um lado, e a propaganda e desportos, por outro.

Todavia, muitas palavras de origem estrangeira são imprescindíveis por preencherem lacunas lingüísticas no idioma. A existência de termos de origem estrangeira como "leitmotiv", "sashimi", "blinis", "honoris causa" ou "réveillon" de nenhuma forma ameaça a soberania de uma nação. Deve-se perguntar se realmente palavras e termos técnicos comprometem a soberania de um país.

O problema é outro. Um bom exemplo de uma verdadeira ameaça à soberania é a manipulação por parte de especuladores na Bolsa de Valores de Tóquio ou de Nova York, que diminui o poder aquisitivo de milhares de assalariados no Brasil e em outros países. A soberania de uma nação também pode ser violada quando fundos monetários ditam unilateralmente a política econômica; essa violência exemplifica a tensão "norte" vs. "sul".

O ingresso de palavras e termos técnicos de origem inglesa não é resultado direto da globalização— um fenômeno relativamente recente. Muitos brasileiros confundem a existência de vocábulos de origem norte-americana no português e a importação de costumes e práticas culturais estadunidenses com o fenômeno de globalização. A expansão da língua inglesa vem de longa data. O primeiro momento é no século XVII com a migração de europeus para o continente americano e para Austrália e Nova Zelândia; o segundo momento ocorreu nos séculos XVIII e XIX com o estabelecimento de verdadeiras "esferas de influência" ou colônias principalmente por parte de Grã-Bretanha na África, no Oriente Médio, na Ásia e na Oceânia. O terceiro momento teve início a partir do fim da Segunda Grande Guerra em 1945 com o surgimento dos EUA como poderio econômico-técnico-científico. Existe, todavia, um quarto momento que deve ser considerado numa reflexão sobre a consolidação do inglês como língua internacional ou "língua ponte" neste início de novo milênio. Com a independência das diferentes colônias na África e na Ásia a partir dos anos 60, foram institucionalizadas outras variedades de inglês, cada uma com a sua norma, sua cultura, seus romancistas e poetas, seus próprios dicionários e "novos" falantes nativos. É importante lembrar que o inglês desde muito tempo deixou de ser a propriedade exclusiva de uma nação ou raça; o referido idioma é oficial ou semi-oficial em 60 diferentes países e tem uma posição de proeminência em outros 20. Por este motivo, pode-se falar de "inglês indiano", "inglês filipino" ou "inglês nigeriano". É importante observar que existem no mundo de fala inglesa diferentes identidades e culturas. É importante para a soberania do Brasil uma abertura para essas diferentes culturas.

Quais são, no início deste novo milênio, as implicações dos fatos acima apresentados para uma política de idioma no Brasil? Numa busca de mercados alternativos e de contatos com outras culturas, seria de interesse nacional o ensino e a aprendizagem de outras variedades de inglês, isto é, outras "vozes" (além de outras línguas estrangeiras pouco ensinadas no Brasil) e suas respectivas culturas. É lamentável que na maior parte das escolas públicas e particulares de ensino médio a única língua estrangeira ensinada seja o inglês. Somente uma política voltada para uma diversidade de contatos em diferentes mercados internacionais em conjunto com uma atuação cultural em diversas frentes lingüísticas salvaguardará a soberania econômica e política do Brasil.

O português neste programa de intercâmbio será enriquecido, especialmente se for desenvolvida, com seriedade, uma política de ensino de cultura brasileira e do português como língua materna e estrangeira.

John Robert Schmitz schmitz@iel.unicamp.br é professor do Departamento de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

Fonte: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/out2000/pagina19-Jul155.html (Acesso em: 19 out. 2009).

9.2.5. TEXTO 05

O LEITOR QUE NÃO CONSEGUE LER

Roberto Maciel

09 Ago 2003 - 19h58min

Recebi no último dia 1º e-mail que, mais do que uma queixa direcionada, é um estímulo à reflexão. Não uma reflexão individual ou exclusiva da imprensa, mas recomendável a todos os que, de uma forma ou de outra, produzem ou consomem o que faz a indústria da comunicação. O remetente, Francisco Alberto Oliveira, manifesta incômodo com o uso freqüente de palavras de outros idiomas nos jornais. Reproduzo trechos do texto, dirigido inicialmente à colunista Sônia Pinheiro - dona de estilo particular que em alguns pontos torna-se uma exceção às normas de redação do jornal -, mas retransmitido a mim, à Chefia da Redação e ao editor-sênior do **O POVO**: *"Nas décadas dos anos 60 e 70, quando aqui vivi por quinze anos, o jornal O Povo era minha leitura preferida. Havia muita preocupação com a linguagem escrita. Decorridos esses anos e, de volta à terra, a situação parece ser bem diferente. Refiro-me aos estrangeirismos que parecem impregnados no nosso linguajar cotidiano. O brasileiro, de modo geral, parece ter fascínio por coisas inusitadas. No caso do nosso idioma, tenho quase certeza, há uma absorção quase que involuntária por parte da maioria, simplesmente porque está faltando uma campanha de conscientização nesse sentido. Quando isso acontecer, certamente os brasileiros se aperceberão da idiotice que estão fazendo (...). O que não consigo entender é como jornalistas responsáveis pela comunicação no Brasil (suponho-os todos graduados) desprezam as normas mais elementares da clareza, concisão e elegância de estilo para o desfrute do leitor, seu principal objetivo".*

Observando que não consegue "ler O POVO como fazia anteriormente", o leitor aponta na coluna de Sônia o que classifica como "parafernália linguística", "verdadeira miscelânea", "salada indigesta mesmo, de palavras e expressões estrangeiras intercaladas com o nosso idioma de fazer inveja ao mais insensato dos radicais". E se diz indignado: "clic; dá start; com breakfast, amanhã, Cristina Parente, marca...; cocktail; com jantar, tipo open house, festejaram o nat dela; detalhe trÊs chic: o dine foi negado; assiste baixinhos e teens; blitz in; nats...". Francisco Alberto recusa a pecha xenófoba. "É preciso que fique claro, não estou repudiando o uso de palavras e expressões estrangeiras. Elas são bem-vindas e necessárias. O que me indigna é o seu uso abusivo, totalmente desnecessário e irracional", escreveu. No entanto, avalia que o modo como são usadas pela colunista "é puro desrespeito não só ao nosso idioma, mas à própria língua inglesa, à francesa e outras que estão sendo utilizadas desta maneira. Imagine-se um inglês, um americano ou mesmo um francês lendo O POVO e vendo sua Língua sendo 'remendada'. Que dirão os nossos patrícios portugueses, que a zelam muito? os franceses são verdadeiros guardiões de seu idioma".

Para o leitor, não há como entender que se use *cocktail* no lugar de coquetel; *sport* em substituição a esporte; *chic* em vez de chique; *breakfast* para definir café-da-manhã; *teen* em vez de adolescente; *birthday* para tratar de aniversário. E tem razão. O Guia de Redação e Estilo do **O POVO** contempla o assunto. Na seção "Questões gramaticais, redação e estilo", o verbete "Estrangeirismos e palavras aportuguesadas" orienta o seguinte: "Palavras e expressões estrangeiras só devem ser admitidas quando já se incorporaram ao uso corrente, como *outdoor, réveillon, show, blitz, jazz*. Quando têm equivalente em português, devem ser substituídas, como *know-how* por *conhecimento, experiência, prática, perícia*. Palavras e expressões estrangeiras, quando pouco conhecidas ou de difícil tradução, devem ser seguidas de explicação, entre parênteses. Palavras estrangeiras que se incorporam ao vernáculo devem ser

aportuguesadas de acordo com a índole de nossa língua: *estresse* (do inglês *stress*); *grife* (do francês *griffe*); *bufê* (do francês *buffet*)".

Voltemos, pois, a Francisco Alberto. Em seu e-mail, ele faz uma avaliação: "*Tudo leva a crer que O POVO não dispõe de um manual de redação. Se o tem parece não segui-lo*". Consideração errada - embora com motivos sobejos para justificar o equívoco. E, ao final, uma advertência: "*O que está havendo é um verdadeiro abuso, um desrespeito a nossa língua pátria, um distanciamento cada vez maior de nossa identidade, auto-estima baixa. Os estudiosos afirmam que a maneira mais fácil de se destruir um povo é começando pela sua Língua*". Com observei acima, o estilo de Sônia Pinheiro é muito pessoal, uma marca da colunista que a acompanha profissionalmente há anos - é, portanto, legitimado pela aceitação de seu público. Mas que fique o alerta pertinente e bem colocado do leitor.

UMA LUZ CONTRA OS REFLETORES

Preservação da imagem e da privacidade são direitos essenciais do cidadão. Está na Constituição. No entanto, a imprensa carrega nas costas a culpa de, por anos e anos, ter ignorado a lei e exibido ao público pessoas detidas - algumas mesmo sendo inocentes. Jornais e programas de rádio e TV, com o consentimento tácito ou não da Polícia e do Judiciário, se valiam de gente detida para ganhar platéias. **O POVO**, mesmo com alguns deslizes, vem tentando há um certo tempo romper com essa prática. E, no mais das vezes, não publica nomes de pessoas ou instituições acusadas de irregularidades das quais ainda não há provas. Também não usa fotos de suspeitos, considerando que nessa condição não há constatação de crime. Agora, um reforço benfazejo: o Ministério Público Estadual, observando os preceitos constitucionais, conseguiu impedir que delegados exponham presos para fotógrafos ou cinegrafistas de TV - a não ser que os próprios presos desejem. Para uma parcela da imprensa, que usava a desgraça alheia como ferramenta de trabalho, a medida é trágica. Mas, para quem defende a informação a serviço da cidadania, trata-se de um apoio essencial.

PREVIDÊNCIA EM PAUTA

Quarta-feira última **O POVO** fez trouxe uma de suas melhores edições dos últimos meses. O diferencial concentrou-se na cobertura da votação da Reforma da Previdência na Câmara Federal, um trabalho que mesclou produção local e textos de agências de notícias.

Fonte: <http://www.noolhar.com/opovo/ombudsman/robertomacieli/285492.html>
(Acesso em: 19 out. 2009).

9.2.6. TEXTO 06

Hora do rush

Nada contra palavras derivadas de outros idiomas. Nada mesmo. Agora "rush" não é uma palavra portuguesa. Não é sequer um anglicismo, é uma palavra inglesa desnecessária na nossa fala. Agora se vocês querem ir progressivamente empobrecendo a nossa língua pela utilização imoderada de palavras estrangeiras (sublinho palavras estrangeiras desnecessárias), o problema é vosso. Mais concedam-me o direito de lutar legitimamente contra isso? A maior pobreza é não se ver quando se é rico, e invejar os bens (nestes caso, as palavras) dos outros (neste caso dos ingleses): a pobreza de espírito. Talvez seja por eu já ter andado por tanto mundo, ter de falar tanta

língua, que tento evitar ceder à facilidade de utilizar na nossa bela língua palavras que a ela não pertencem. --[Lampiao](#) 08:52, 10 Julho 2005 (UTC)

Acho que de uma maneira geral é razoável privilegiar as palavras portuguesas quando elas existem. Eu não sei qual é a situação no Brasil, mas em Portugal diz-se *hora de ponta* em vez de *rush hour*. Os brasileiros percebem *hora de ponta*? Não estou contra a integração de palavras estrangeiras na língua portuguesa, mas unicamente quando elas trazem qualquer coisa de novo à língua.

Compreendo que se a maior parte das pessoas no Brasil utiliza *rush hour* parece razoável utilizar esse termo, mas também é preciso pensar que a encyclopédia dirige-se a todos os lusófonos do mundo, para os quais *rush hour* não é um termo óbvio. A wikipédia tem um âmbito mais amplo do que o Brasil.-- [Cymbaloum](#)^{msg} 09:04, 10 Julho 2005 (UTC)

A regra da wikipédia lusófona é que os artigos podem ter um título segundo a norma portuguesa ou brasileira. Assim temos um [Trem](#) e um [Egipto](#) em alegre convivência. Em ambos os casos, há redireccionamentos a partir dos outros termos, veja [Comboio](#) e [Egito](#). Neste caso, o artigo é **hora do rush** e assim vai ficar (goste-se ou não) porque quem chegou primeiro ao tópico foi aparentemente um brasileiro. Se verificar nos artigos afluentes, verá que estão presentes todos os redirects apropriados, de forma a que uma pessoa que procure **hora de ponta** encontra o que quer. *A wikipédia tem um âmbito mais amplo que o Brasil*: com certeza, por isso é que os dois termos estão na frase introdutória. Groet! [Muriel](#) 09:48, 10 Julho 2005 (UTC)

Totalmente de acordo, os redireccionamentos permitem a todos de compreender do que se fala. E certamente não critico o facto de se respeitar as diferenças linguísticas (não estava a propor de privilegiar um termo em uso em Portugal sobre aquele em uso no Brasil). Mas pareceu-me que *os próprios brasileiros têm escolha entre um termo inglês e um termo português* (é verdade?), e nesse caso parece-me mais indicado utilizar o termo português, que talvez até é diferente do que se diz em Portugal. Isso não só preserva a riqueza da língua, mas também a mantém mais facilmente compreensível no interior da lusofonia. Gruss! -- [Cymbaloum](#)^{msg} 15:59, 10 Julho 2005 (UTC)

É este xenofobismo a causa de tantos problemas do mundo atual... E não é somente a língua portuguesa que usa expressões estrangeiras em seu vocabulário. Um exemplo? O inglês usa a expressão francesa *coup d'état* como "golpe de estado". Só porque eles não têm uma definição em inglês que este inglês fica mais pobre? É claro que não. Ao contrário, isto é o que enriquece o idioma. Aliás, a assimiliação de termos de outros idiomas não é de hoje. Qual a origem da maioria das diferenças entre palavras do PT-PT e PT-BR? Claro, os índios e os escravos trazidos do continente africano, sem contar os imigrantes do século XIX e XX... E não vejo problema algum em usar estrangeirismos, e não somente na língua portuguesa, como também em outros idiomas. Além do mais, em aviação e em computação, o inglês é quase regra. Do contrário, estaremos a falar *Janela XP* ao invés de *Windows XP*, daqui a pouco tempo, e acidentes aéreos estarão por vir...[Leslie](#)^{Msg} 06:20, 13 Julho 2005 (UTC)

Penso que há confusão aqui. A questão não é de não gostar de estrangeiros como pessoas (xénofobia) mas como usar certos termos estrangeiros. Pessoalmente conheço algumas línguas e gosto disso, e gosto dessas várias línguas (aliás sou o único lusófono no meu trabalho e vivo num país não lusófono). E também é evidente que não estou contra importações de termos de outras línguas para o português. De qualquer maneira o português é uma evolução do latim misturado com árabe, línguas germânicas, e empréstimos vindos de todo o mundo. A maior parte dos termos técnicos actuais são desde a Renascença formados a partir do latim e do grego. Tudo isso é muito positivo e

enriquecedor. O que eu critico é a perda de vocabulário português em casos que existem termos portugueses que poderiam perfeitamente funcionar como os estrangeirismos usados. Nestes casos os empréstimos não são necessários e empobrecem a língua, já que termos próprios à língua são perdidos, o que nos distancia uns dos outros na lusofonia, mas também do que foi escrito no passado (não penso que a língua deva ser imóvel, o que seria ridículo, mas acho que o vocabulário deveria ser preservado e expandido quanto o possível.

Quanto ao exemplo da aviação e da informática, ele é muito útil: Quando se trabalha num contexto internacional é evidente que deve haver um compromisso sobre a língua a utilizar (eu trabalho todos os dias em inglês). Mas nesse caso não se usa uma mistura de português e inglês mas inglês puro. Portanto estamos longe do caso aqui mencionado. Quanto à informática, é evidente que por enquanto ela está (nos países lusófonos) quase sempre em inglês, o que é um verdadeiro problema, já que constitui uma dificuldade adicional para permitir a pessoas menos educadas de ter acesso às novas tecnologias. Um dos maiores esforços actuais de desenvolvimento consiste justamente em traduzir os sistemas informáticos em línguas locais (por exemplo africanas: xhosa, suaíhili, etc) para permitir a populações desfavorecidas de utilizar a informática.

É evidente que é necessário e desejável abrir-se ao estrangeiro, mas isso não necessita empobrecer a sua cultura. Senão o mais simples seria passar directamente de uma mistura de português e inglês para o inglês completo.-- [Cymbaloum](#) ^{msg} 09:32, 13 Julho 2005 (UTC)

Não creio que usar estrangeirismos (palavras em outros idiomas, diga-se de passagem) empobrecem a cultura. Mas esta é minha opinião. E isto, a mistura de palavras de outros idiomas, não é nada rara de ser ver aqui na cidade onde moro. Ao menos, faz parte da cultura da cidade. Creio que, talvez por este repúdio ao estrangeiro (gente: é só algumas palavras de outros idiomas, pra quê tanta tempestade em copo d' água, a língua portuguesa não vai acabar com isso), 90% a 95% dos descendentes imigrantes que moram no Brasil não falam mais seu idioma de seus antecedentes (excuindo-se aqui aqueles que vieram de Portugal, naturalmente). É uma pena. [Leslie](#) ^{Msg} 04:14, 14 Julho 2005 (UTC)

Citação: Leslie escreveu: «É este xenofobismo a causa de tantos problemas do mundo atual... E não é somente a língua portuguesa que usa expressões estrangeiras em seu vocabulário. Um exemplo? O inglês usa a expressão francesa *coup d'état* como "golpe de estado". Só porque eles não tem uma definição em inglês que este inglês fica mais pobre? É claro que não. Ao contrário, isto é o que enriquece o idioma. Aliás, a assimilação de termos de outros idiomas não é de hoje.» Leslie, Vai uma grande misturada nessa cabeça.

Falar de xenofobia quando estão em causa querelas linguísticas, não releva grande juízo; alias esta disputa nao tem nada a ver com as diferenças entre o português e o dialecto brasileiro.

Na frase acima dizes tudo:*O inglês usa a expressão francesa coup d'état como "golpe de estado". Só porque eles não tem uma definição em inglês que este inglês fica mais pobre* . O problema e' exactamente esse. Nos **temos** uma bela expressao para evitar esse aborto linguistico da hora do rush. Nao tenho nada que as pessoas a utilizem na rua. Eu tambem caio em misturadas de linguas as vezes, misturando russo com portugues e certas palavras inglesas. Mas numa enciclopedia, que e' suposta ser uma fonte de cultura, nao. E muito menos dar preferencia em relacao a uma expressao

portuguesa correcta. Desculpa a falta de acentos, estou em viagem e este teclado nao tem acentos.--[Lampiao](#) 20:10, 15 Julho 2005 (UTC)

Você esqueceu de ver o meu comentário acima então. Aliás, "hora do rush" é um termo assimilado ao português do Brasil - ninguém usa "desora do rush". Devo apontar que, como o autor do artigo é um brasileiro, o artigo deverá ficar de qualquer maneira como tal, em "Hora do rush". É como "terramoto", em Portugal (no Brasil, é terremoto). Se um português escrevesse o artigo terramoto, com o título em "terramoto", eu não moveria ele para "terremoto" só porque eu não conheço a expressão - temos de seguir as regras de ortografia, quer que tal título use estrangeirismos assimilados ou não. E como o termo existe no português do Brasil, não há nada de errado com o título. [Leslie](#) [Msg](#) 20:21, 15 Julho 2005 (UTC)

Finalizando

Segundo nosso amigo [Daniduc](#), o termo "*rush*" está presente no [Dicionário Houaiss](#), na página 2484 da edição de 2001.

Acepções

■ substantivo masculino

1 esforço final, aceleração de um corredor no final da competição

2 afluxo brusco de uma grande quantidade de veículos

Ex.: hora do r.

3 grande afluência coletiva que visa obter uma finalidade; corrida

4 Rubrica: cinema.

material fragmentário rodado diariamente durante uma filmagem e encaminhado ao laboratório para revelação; tomada diária (us. no pl.)

Ex.: durante a montagem, o diretor pede que passem os rushes a fim de definir se o que foi filmado presta ou não

Etimologia

ing. rush (sXIV) 'movimento violento para a frente; arrancada, corrida; ímpeto; afluência, afluxo; agitação', do v. (to) rush 'apressar-se, correr'

Gramática

pl.: rushes (ing.)

[Leslie](#) [Msg](#) 05:21, 17 Julho 2005 (UTC)

Pois num dicionário de Portugal essa palavra não existe. Faça-se como Salomão! Divida-se a Wikipédia em 2, Português de Portugal para um lado e brasileiro para o outro. Sempre se poupam estas chatices já que ninguém vai dar o braço a torcer. Uns são puristas, outros metem todo o lixo que aparece como legítimo. Chamem o Salomão....

[Barao78](#) 01:29, 28 Outubro 2006 (UTC)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Hora_do_rush (Acesso em: 19 out. 2009).

9.3. COLETÂNEA 03

9.3.1. TEXTO 01

O ESTRANGEIRISMO NO PORTUGUÊS DO BRASIL FATOR DESCARACTERIZANTE?

Gil Roberto Costa Negreiros

(PUC-SP, UNIVERSITAS e FSM-MG)

Resumo

Este texto pretende discutir a validade do projeto de lei 1676/99, que objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa em território brasileiro. Para tanto, usaremos, como referencial teórico, artigos de Fiorin e Aubert. Nossa hipótese é mostrar que o uso de estrangeirismos, em especial o de anglicismos, não descaracteriza a língua, uma vez que atinge apenas algumas áreas pré-determinadas.

Palavras-chave: preconceito, empréstimo e renovação lingüísticos.

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo”. (LUDWIG WITTGENSTEIN)

O projeto de lei n.º 1676/99, de autoria do deputado Aldo Rebelo, é um dos poucos assuntos relacionados à língua que tem espaço na mídia brasileira. Em época recente, o projeto tornou-se objeto de polêmica entre o seu autor e alguns lingüistas, entre eles Fiorin (2000) e Aubert (2001). Considerado por este último como preconceituoso, o referido documento objetiva defender, proteger e promover a língua portuguesa no Brasil.

Para tanto, sugere que o uso do português se torne obrigatório em determinadas situações do cotidiano, sendo que qualquer “uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados” na lei “e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”. *Apud* AUBERT, 2001: 68)

O deputado, ao justificar o projeto de lei, argumenta que assistimos, atualmente, a uma verdadeira *descaracterização da língua portuguesa*, (Grifo nosso) tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos. Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir a validade dessa afirmativa, sobretudo com relação aos empréstimos lexicais da língua inglesa.

O projeto de lei, em seu artigo 3.º, define os segmentos sociais que serão alvo da possível lei: (1) todos os brasileiros; (2) todos os estrangeiros que se encontram em nosso país há mais de um ano. Define também as situações em que a língua portuguesa deve ser usada:

Art. 3.º - É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

- I – no ensino e na aprendizagem;
- II – no trabalho;
- III – nas relações jurídicas;
- IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;
- V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;
- VI – nos meios de comunicação de massa;
- VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;
- VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

(*Apud* AUBERT, 2001: 166-7)

Nota-se, principalmente nos incisos VI, VII e VIII, que o campo de ação do projeto de lei é o léxico da língua, já que pretende coibir o uso de certas palavras estrangeiras nos meios de comunicação, no anúncio e publicidade comerciais. Com isso, a lei se tornaria uma barreira na descaracterização do português brasileiro.

Segundo Fiorin (2000: 225-6), o que caracteriza uma língua é a sua *gramática* e o seu *fundo léxico comum*. Partindo do pressuposto de que o projeto de lei visa a planificar o uso do léxico no português brasileiro, não iremos nos preocupar, aqui, com

o que tange à *gramática*. Desse modo, sobra-nos a questão do *fundo léxico comum*. E o que vem a ser esse fundo?

A base que sustenta o léxico de uma língua é denominada *fundo léxico comum*, que, por sua vez, expressa noções que não são afetadas por mudanças econômicas, sociais e políticas:

O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto à gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. (Fiorin, 2000: 226)

Fazem parte desse fundo comum palavras que designam, por exemplo, as partes do corpo, o mobiliário, os tipos de parentesco, os nomes de animais e de plantas, os fenômenos da natureza, os dias, os meses e as estações do ano. Em geral, grande parte das palavras do fundo em questão é de origem latina e, como podemos observar, encontram-se atualmente em franco uso, não sendo substituídas por estrangeirismos. (cf. Fiorin, 2000: 226-7)

Da mesma maneira, o léxico de uma língua é composto, também, por palavras de formação vernácula e por empréstimos de outras línguas. Esses empréstimos refletem, por sua vez, a posição de determinada nação em relação às outras, ou seja, as dependências social, política, cultural e, sobretudo, econômica, fazem com que as nações dependentes adotem produtos, serviços e modismos das nações dominantes.

Em nossa época, os estrangeirismos existentes na língua portuguesa do Brasil advêm principalmente da língua inglesa, devido à forte presença norte-americana em nossas vidas. Esses anglicismos não fazem parte de nosso fundo lexical comum, pois são empréstimos lingüísticos conseqüentes de determinada situação sócio-econômica vivida pelo Brasil, em determinada situação histórica. Foi assim no séc. XIX, quando a França era o centro cultural do mundo ocidental: a língua portuguesa, nessa época, viu-se invadida por expressões francesas, quase todas de origem léxica, como *dominó*, *paletó*, *champagne*, *bouquet*, *chance*, *comitê*, *troupe* etc. Algumas dessas palavras, ainda hoje, sobrevivem na língua portuguesa do Brasil, tendo sido absorvidas pelo nosso léxico:

Essa influência à distância não é nova. No caso brasileiro, fez-se, ao longo de quase dois séculos, pelo peso e prestígio da cultura francesa, e, com mais intensidade, a partir dos anos 40 do século XX, pelo peso e prestígio da cultura, da economia e do poderio militar anglo-americano. A difusão e a presença crescente dos meios de comunicação e da chamada “indústria do entretenimento” proporcionam ferramentas de disseminação de matrizes comportamentais (inclusive de comportamentos lingüísticos), irradiando da cultura dominante para as culturas periféricas. (AUBERT, 2001: 166)

Desse modo, o léxico é formado por um fundo comum, que é fixo, por construções vernaculares (derivação, sufixação, parassíntese, composição e prefixação) e por empréstimos de outras línguas, que variam de acordo com o momento social vivido pela nação. Segundo Fiorin, o léxico de uma língua é, assim, “um conglomerado de formas providas de fontes diversas”. (2000: 227)

Entretanto, da mesma forma que os povos dominados recebem empréstimos lingüísticos de nações dominantes, estas, de uma maneira mais amena, também apresentam, em seu vocabulário, estrangeirismos. Ou seja, ainda que a adoção de empréstimos seja mais relevante em um determinado lado (dos países dominados), o outro lado, isto é, os países dominantes, também têm, no conjunto lexical, sua porção de palavras importadas. Este fato pode ser incentivado, no caso do Brasil, pelas suas dimensões territoriais e demográficas. A realidade territorial brasileira exige das culturas dominantes, em determinadas circunstâncias, acomodação lingüística, a fim de

que essas nações possam interagir com o universo brasileiro. (cf. AUBERT, 2001: 170-1)

Exemplificando essa situação, Aubert postula:

Demonstra essa circunstância a designação oficial do Brasil como *Federative Republic of Brazil*, embora um termo mais próximo à idiomaticidade do inglês teria sido *Federal Republic of Brazil*. Do mesmo modo, para permitir à cultura anglo-saxã lidar com a realidade societária brasileira, foi necessário cunhar o termo *quotaholter*, para designar o *sócio-quotista* de uma empresa de responsabilidade limitada, posto que *shareholder* ou *stockholder* gerariam imprecisão, tendentes a ser percebidos como equivalente a *acionista* de sociedade anônima. (2001: 171)

A percepção do conteúdo do léxico nos desautoriza, dessa maneira, a falar em descaracterização, pois os empréstimos lingüísticos (e, entre eles, o “tão temível” anglicismo) fazem parte da história e do uso de uma língua.

Diante dos fatos apresentados acima, podemos afirmar que, para justificar o projeto de lei 1676/99, pelo menos um dos argumentos usados pelo deputado Aldo Rebelo não tem fundamentação científica. Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa.

Percebe-se também que o deputado não conhece a história da própria língua portuguesa no Brasil (repleta de palavras oriundas de línguas indígenas e africanas), já que acredita que é possível coibir o fenômeno do empréstimo lingüístico, simplesmente proibindo o uso de certas expressões por meio de uma lei.

Por sua vez, o fundo léxico comum, que, juntamente com a gramática formam a base de uma língua, não é afetado pelos estrangeirismos (no caso especial do Brasil, pelos anglicismos). Estes últimos só ocorrem em determinadas “partes mais flexíveis” do nosso vocabulário. Atualmente, podemos citar os meios musical e cinematográfico e, em especial, a Informática, como as fontes mais comuns de anglicismos, dado à intensa influência norte-americana nessas áreas.

Assim, torna-se muito difícil, a curto e médio prazo, evitar o empréstimo lingüístico, já que a situação político-econômica mundial faz com que a língua inglesa tenha um maior prestígio em relação às outras línguas. Acrescente-se, ainda, que o empréstimo, de uma certa maneira, é um dos meios de renovação lexical e, em consequência, pode ser considerado, lingüisticamente, um recurso pertencente ao fenômeno do enriquecimento de uma língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. Preconceitos lingüísticos subjacentes ao projeto de lei n.º 1676/99. In: URBANO, Hudinilson et al. (org.) *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORIN, José Luiz. Política lingüística no Brasil. *Gragoatá*, 2000, v. 9, p. 221-31.

Fonte: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)06.htm) (Acesso em: 19 out. 2009).

9.3.2. TEXTO 02

ESTRANGEIRISMOS NA PUBLICIDADE

O estrangeirismo é um dos meios mais comuns de incorporação de neologismos em uma língua. O idioma do qual mais se emprestam termos depende da época e do contexto histórico. No início do século passado eram palavras francesas que "invadiam" a nossa língua e muitas delas foram mais fortes que sua correspondente em português, sendo incorporadas ao nosso vocabulário em seu lugar. Por exemplo, *abajur* no lugar de *lucivelo*, *restaurante* no lugar de *casa de pasto* e *camelô* no de *bufarinheiro*.

Hoje, com a hegemonia mundial dos Estados Unidos, é o inglês que empresta muitos termos à nossa língua.

Uma das áreas que mais utiliza estrangeirismos é a Publicidade, seja em vitrines de lojas ou em anúncios de TV, rádio, revista e jornal. Por não ser uma linguagem técnica, como a informática, por exemplo, os estrangeirismos usados na publicidade estão mais sujeitos a críticas, pois estão "em contato" com a população em geral, que é, na verdade, seu público alvo e maior interessado nas mensagens que estão sendo transmitidas. A adoção de palavras estrangeiras pela publicidade divide opiniões, seja entre os especialistas ou entre os leigos.

O uso de estrangeirismos pelos publicitários já começa pelo próprio nome das agências: a maioria é em inglês. Este fato estaria em desacordo com a lei se o projeto do deputado federal Aldo Rebelo já tivesse sido aprovado. Este projeto prevê a defesa da língua portuguesa contra o uso abusivo de estrangeirismos. Segundo Caio Ortiz, sócio e diretor-geral da agência de publicidade UPgrade, muitas das expressões usadas não têm palavras substitutas no português, e cabe a cada pessoa a escolha da melhor forma de se expressar; o termo *upgrade*, por exemplo, não poderia simplesmente ser trocado por progresso ou melhoria, perderia parte do impacto e exclusividade de sua forma original, em inglês. Ele ainda acrescenta que grande parte dos livros ligados à sua área são estrangeiros, sendo inevitável a adoção de alguns termos em inglês.

Não é raro passarmos em frente a uma loja e vermos um cartaz na vitrine com a palavra **SALE** escrita, ou então outra do tipo "**50% OFF**". Segundo a gerente de marketing da rede de lojas Victor Hugo, Mônica Andrade, o recurso faz com que a liquidação tenha um charme maior. Além dessas, várias outras palavras inglesas são vistas com frequência no comércio como *delivery*, *recall*, *self-service*, *drive-thru*. Para o deputado Aldo Rebelo, "estamos assistindo a uma descaracterização da língua portuguesa e corremos o risco de comprometer a comunicação oral e escrita com o nosso simples homem do campo, não afeito às palavras e expressões importadas". Mas não é apenas em relação ao homem do campo: o uso abusivo de estrangeirismos no comércio e na publicidade pode fazer com que o seu principal objetivo, que é de comunicar, passar uma mensagem, não seja feito com clareza; dessa forma, os principais "alvos" e interessados, os consumidores, não compreendem a mensagem que está sendo transmitida.

Em contrapartida, o lingüista José Luiz Fiorin, professor da Universidade de São Paulo (USP), diz que existe um preconceito sobre a capacidade de parte da população de aprender determinados setores do vocabulário da língua. Segundo ele, ninguém sabia o que significava *game* ou *match point* até o Guga se destacar no cenário do tênis mundial. Hoje, em qualquer esquina se discutem os games e match points do jogo. Isso porque, quando certas expressões passam a fazer parte do cotidiano e ser importantes para as pessoas, elas aprendem. Visto isso, palavras como *sale*, *off*, *delivery*, *drive-thru* são incorporadas ao vocabulário das pessoas quando passam a fazer parte do seu cotidiano, mesmo que elas não falem inglês.

O fato é que a língua não é um objeto estagnado. Ela acompanha a história do homem que a fala e está sujeita a influências. Os empréstimos lingüísticos fazem parte dessa história, e não podem ser mudados por leis. O que podemos é discutir o uso

exagerado dos estrangeirismos para que a comunicação, principal função da língua, não seja prejudicada.

Fonte: <http://www.neoque.hpg.ig.com.br/public.html> (Acesso em: 19 out. 2009).

9.3.3. TEXTO 03

Texto indisponível. A fonte fornecida pelos dados, que segue abaixo, não pôde ser acessada.

http://64.223.161.104/search?q=cache:S1_FCcAZBTcJ:www.cbtonline.com.br/fiqueligado_LINGUA_270405.asp+%22Uso+de+estrangeirismos%22&hl=pt-BR&lr=lang_pt

9.3.4. TEXTO 04

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA ENGLISH? VIXE!

Prédios com nomes estrangeiros enrolam a língua de quem tem que descobrir os endereços

Fabiana Tahan/fotos: Carlos Vieira ()*

O lavador de carros José Edmar Sousa, 31 anos, tenta uma vez, ri, pára, tenta de novo e finalmente solta: "Namberuan", diante do Number One, o prédio mais azul da cidade. A resposta é seguida com um olhar de dúvida à espera de aprovação: "E aí, falei direitinho?". José é apenas um dos tantos brasilienses que enrolam a língua na hora de pronunciar nomes de edifícios, lojas e outros estabelecimentos espalhados pelo Distrito Federal. A razão é o uso de palavras de outros idiomas, especialmente do inglês, em letreiros e fachadas da cidade.

Como tantas outras pessoas, a pronúncia do lavador de carros, apesar de nunca ter estudado inglês, até que não é das piores. Mas daí a saber o que significa essa palavra estranha que dá nome a um dos edifícios mais modernos de Brasília, no Setor Comercial Norte, só com a ajuda do amigo Valdimar: "Ó, Valdimar, você é meu professor. Fala aí pra menina o que significa o nome desse prédio", diz às gargalhadas. "Number é uma coisa, one é outra. Significa número um", explica o colega Valdimar Menezes Santos, 26 anos, que também nunca estudou inglês.

José cita outros três prédios perto do Number One com nomes que ele também tem dificuldade em pronunciar: o Manhattan Flat, Metropolitan e Liberty Mall. "Acho difícil demais falar isso. Tem uma hora que tem que enrolar a língua e aí o bicho pega", diz, bem-humorado, o rapaz de sorriso largo e simpático. "Esses nomes tinham que ser em português, porque eu acho que isso é inglês, né? Acho que, se colocasse lá nos Estados Unidos o nome de um prédio em português, os gringos também iam achar complicado", pensa.

Se José acertou a pronúncia em inglês, o gerente de fazendas Silvério Fernandes, 60 anos, não teve tanta sorte. "Esse prédio se chama Embassaí", diz, ao se referir ao Embassy Tower, no Setor Comercial Sul. Apesar da dificuldade da pronúncia (a pronúncia correta é *embassi tauer*), ele acha bonito o nome do edifício branco e moderno. "É um nome pomposo. Acho legal", opina o homem que precisou perguntar a quatro pessoas onde ficava o tal do edifício Embassaí.

"Pode até ser que para uns seja um nome bom, mas tem gente que nem sabe pronunciar o nome do prédio!", diz o porteiro do Embassy Tower, Josias de Oliveira, 35 anos. "Eu já aprendi porque trabalho aqui há bastante tempo, mas tem muita gente que chama de "embassí"; ou então pergunta pelo prédio branco para poder encontrar", diz ele, que só sabe o que significa *tower*. "É torre, *embassy* não sei não." É embaixada.

A recepcionista do Corporate Financial Center Liandra Matos, 17 anos, demora para responder o que significa o nome do prédio onde trabalha. Olha para a colega Kátia de Cássia, 20 anos, em busca de ajuda. Ao fim, arrisca: "Centro Corporativo?".

Se fosse um programa do Silvio Santos, o apresentador diria que a resposta de Liandra está absolutamente correta. Incorreta é a grafia de muitas correspondências que chegam ao prédio. "Tem muita gente que escreve da maneira que ouve. Como ouvem *Corporaite*, escrevem assim", conta.

O entregador Romilson de Sousa, 36 anos, ficou um tempinho em frente à placa em que estava escrito Corporate Financial Center (pronuncia-se *corporaite fainenxial center*) e arriscou a pronúncia: "Corporete? Se for para pedir informação, prefiro perguntar onde fica o prédio azul todo de vidro porque do jeito que falo ninguém vai entender", acredita. "Tem aquele edifício também o Sampô (San Paul). Não entendo por que não colocam o nome em português, põe logo edifício São Paulo que fica tudo resolvido", opina.

É o que defende o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B/SP), que apresentou no ano passado um projeto de lei que defende a contenção do uso de estrangeirismos na língua portuguesa.

Na opinião do deputado, palavras estrangeiras que renovam a língua não são apenas recomendadas como desejadas como mostra a etimologia do idioma português, que agregou inúmeras palavras do francês (*abajour*, *bidê*) e do árabe (*alface*, *almofada*, *almoxarifado*) e até do inglês (*hambúrguer*, *xampu*).

"O problema é quando abrimos mão de palavras nossas em função das estrangeiras. É um abuso, uma forma de humilhação e de ostentar domínio sobre as pessoas que não conhecem o idioma estrangeiro", acredita ele, que cita o uso de estrangeirismos como *startar* (começar), *delivery* (entrega em domicílio) como absolutamente desnecessários já que o português tem palavras similares.

É o que também defende o deputado distrital Wilson Lima (PSD). Ele apresentou à Câmara Legislativa projeto de lei que proíbe o registro de edifícios com nome ou expressões estrangeiras. "Temos que valorizar nossa língua e cultura e ver o que o povo quer. Ao colocar um nome complicado, a maioria das pessoas não vai saber nem escrever ou pronunciar", defende.

A professora de lingüística da Universidade de Brasília (UnB) Ana Adelina Lopo pensa diferente. "Seria melhor se esses nomes fossem em português, mas não vejo o uso de estrangeirismos como empobrecimento da língua. É um fenômeno da globalização, acontece até no Japão", diz.

Para a professora, mesmo quando as pessoas não sabem pronunciar as palavras estrangeiras acontece o que ela chama de "acordo coletivo", que acomoda os estrangeirismos sintática e foneticamente na língua portuguesa. "Nós estamos vendendo o país de outra forma e não pela língua", pensa.

(*) A jornalista Fabiana Tahan escreveu o artigo para o Correio Braziliense, de Brasília, no qual foi publicado em 22/7/2000 no caderno Coisas da Vida

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000722.htm> (Acesso em: 19 out. 2009).

9.3.5. TEXTO 05

Entenda melhor o projeto de lei que proíbe o uso de estrangeirismos e leia o artigo do Prof. Pasquale sobre o assunto, publicado no Jornal Folha de São Paulo.

A Comissão de Educação da Câmara aprovou no dia 09 de agosto de 2000 projeto de lei que proíbe o uso de expressões estrangeiras no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial, em eventos públicos, na mídia, na produção, no consumo e na publicidade de produtos e serviços. Será considerado prática abusiva o emprego de palavra ou expressão que possuir equivalente em língua portuguesa. O projeto, no entanto, admite o uso de palavras ou expressões estrangeiras já registradas pelo “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, da Academia Brasileira de Letras. Assim, palavras como “copyright”, “pizza”, “jeans”, “slide” e mesmo termos da informática continuariam a vigorar. A julgar pela justificação anexada ao projeto, no entanto, termos derivados como “startar”, “printar”, “bidar”, “atachar”, frequentemente usados pelos “internautas”, não são vistos com complacência pelos defensores da proposta. Entre outros casos a que não se aplica a lei, está o de uso de termos ou expressões de origem estrangeira em razão social, marca ou patente constituída. O projeto determina ainda que “toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 dias (...)”. O descumprimento de qualquer disposição do texto incorreria em multa, cujo valor, segundo a versão original, modificada no dia de sua aprovação, poderia chegar a R\$14 mil.

De acordo com o texto da justificativa, a língua portuguesa estaria ameaçada de se desfigurar devido à imposição crescente do inglês americano. Seria necessário, portanto, participar do processo de globalização econômica e cultural sem abrir mão da própria identidade lingüística, o que não implica xenofobia ou intolerância.

Você tem disponível, aqui no site, a íntegra do projeto de lei e a opinião do Prof. Pasquale sobre o assunto.

O buraco é mais embaixo

Pasquale Cipro Neto
10.08.2000

Talvez o grande mérito do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo seja colocar em discussão o uso de estrangeirismos.

Para que não pareça dúvida, digo de cara que não acredito em leis a respeito disso. Digo isso pessoalmente ao próprio deputado, no “Nossa Língua Portuguesa”. Por coincidência, o programa foi reprisado ontem, à 0h30.

Como dizia Vinícius de Moraes, o buraco é mais embaixo. É preciso separar as coisas. Há o estrangeirismo que supre carências e enriquece a língua, e há o tolo, metido, babaca, usado para fins pouco nobres. Este não precisa de leis, mas de educação, de cultura, de amor à tradição. O ideal seria que a própria sociedade, culturalmente forte, ridicularizasse estupidezes como a colocação em lugares públicos da saboneteira em que se lê “push” em vez de “pressione” ou “aperte”, ou o “Memorial da América Latina”, pura macaquice americanóide. “Memorail”, em português, não corresponde ao “memorial” do inglês. Se alguém duvidar, leia “Memorial de Aires”, de Machado, ou “Memorial do Convento”, de Saramago.

Caro deputado, é melhor o senhor continuar trabalhando – honestamente, como sempre o fez – por verbas (e qualidade) para a saúde e a educação.
É isso.

*Fonte: não pôde ser identificada. Texto retirado dos dados.

9.3.6. TEXTO 06

Estrangeirismos

Devemos reprimir o uso de palavras estrangeiras?

O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) criou um projeto de lei que limita o uso de palavras estrangeiras. A proposta foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado. Se virar lei, passaremos a ter um glossário oficial de aportuguesamento e todo vocábulo estrangeiro, quando publicado na imprensa ou em anúncios publicitários, terá de vir acompanhado de um correspondente em português. Os estrangeirismos devem mesmo ser coibidos?

Sim. A História nos ensina que a imposição da língua é uma firma de dominação de um povo sobre outro. O estrangeirismo abusivo é lesivo ao patrimônio cultural e está promovendo uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa. Nosso idioma oficial passa por uma transformação que não se ajusta aos processos aceitos de evolução das línguas. Que obrigação tem um brasileiro de entender que uma mercadoria *on sale* está em liquidação? **Aldo Rebelo, deputado federal (PC do B -SP) e autor do projeto de lei que restringe o uso de estrangeirismos.**

Não. As pessoas que pensam que a língua brasileira está ameaçada com a entrada de palavras estrangeiras — como ocorre com o vocabulário da informática, das finanças e dos esportes - não observam a aplicação dos estrangeirismos. Quase sempre o importado aparece em co-ocorrência com um equivalente nacional, sinal de que os falantes estão experimentando para ver se ficam com a palavra de fora ou se vão simplesmente descartá-la. **Carlos Faraco, da Univ. Federal do Paraná, organizou o livro *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua***

Não. O estrangeirismo é essencial. Negar a influência de um idioma sobre outro é negar a natureza de todas as línguas. Cerca de 70% das palavras do português vêm do latim e o restante, de outros idiomas. Apesar da luta dos puristas de todas as épocas, as línguas vivem em constante aprimoramento. Ainda assim, acredito que uma eventual estratégia de defesa do idioma não deveria ser feita por decreto, mas pela melhoria do sistema educacional. **Francisco Marto de Moura, autor de livros didáticos de Língua Portuguesa**

Revista NOVA ESCOLA, março de 2003.

Samba do Approach

Composição: Zeca Baleiro

Interpretação: Zeca Baleiro e Zeca Pagodinho

Venha provar meu brunch
Saiba que eu tenho approach
Na hora do lunch
Eu ando de ferryboat
Eu tenho savoir-faire
Meu temperamento é light
Minha casa é hi-tech
Toda hora rola um insight

Já fui fã do Jethro Tull
Hoje me amarro no Slash
Minha vida agora é cool
Meu passado é que foi trash
Fica ligada no link
Que eu vou confessar my love
Depois do décimo drink
Só um bom e velho engov
Eu tirei o meu green card
E fui pra Miami Beach
Posso não ser pop star
Mas já sou um nouveau riche
Eu tenho sex-appeal
Saca só meu background
Veloz como Damon Hill
Tenaz como Fittipaldi
Não dispenso um happy end
Quero jogar no dream team
De dia um macho man
E de noite drag queen

O que é cultura?

A primeira coisa é definir cultura. A definição melhor é que cultura é tudo o que o homem faz. Para poder sobreviver e se relacionar com o mundo exterior, o homem cria uma espécie de muro ao seu redor, que lhe facilita o seu relacionamento com o mundo. Assim, cultura é a maneira de falar (língua), a maneira de vestir, de morar, de comer, de trabalhar, de rezar, de comunicar. Essa cultura fica sendo a sua garantia, sua defesa. Quando essa cultura é destruída, o povo fica desprotegido e facilmente pode ser dominado e até destruído. Todo o povo se afirma como povo na medida em que consegue produzir essa fortificação, que fica sendo a razão mesma de seu existir. Por isso se diz que *a cultura é a alma dum povo*. Povo sem cultura é povo sem alma, sem identidade.

Examinado a história, vemos que os povos conquistadores sabiam disso muito bem. Os romanos, para poder dominar totalmente os povos e não deixá-los mais levantar a cabeça, destruíam sua cultura: destruíam os monumentos, não deixavam mais falar sua língua (exigiam que falassem o latim, língua dos dominadores), roubavam os seus deuses... Se a cultura é a alma de um povo, a religião é o centro, a alma da cultura. Quando um povo não tem mais onde se agarrar, ele se agarra na religião, que fica sendo o grito desesperado de sobrevivência de um povo. Os movimentos messiânicos provam isso muito bem. Os romanos, porque eram supersticiosos, não destruíam os deuses dos povos dominados, mas roubavam os deuses e os levavam para Roma, onde os colocavam num templo especial. Se por acaso algum deus funcionasse... ele não ficaria de mal com os conquistadores.

Outro exemplo da destruição dum povo através da cultura é caso da conquista da América Central pelos espanhóis. Dizem os historiadores que na cidade do México as fogueiras arderam durante semanas, queimando tudo o que os conquistadores encontravam. Coisas preciosíssimas. Em alguns pontos a cultura mexicana ou a incaica eram até mais adiantadas que a cultura européia. O calendário asteca, por exemplo, era corrigido num décimo de segundo de 52 em 52 anos! Coisa que nós só fazemos agora na era eletrônica. Pois esses povos foram totalmente subjugados, e até hoje não

conseguiram recuperar sua identidade e liberdade. Perderam sua cultura, sua alma...
(Pedrinho Guareschi, *Jornal Mundo Jovem*).

Fonte:

<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=redacao/temas/docs/estrangeirismosred> (Acesso em: 19 out. 2009).